

Demonstrações Contábeis

Exercício 2025

+ + +
+ + +
+ + +
+ + +
+ + +
+ + +
+ + +
+ + +

SICOOB SUL-LITORÂNEO

COOPERATIVA DE CRÉDITO SUL-LITORÂNEA DO ESPÍRITO SANTO

CNPJ: 32.474.884/0001-02

Relatório da Administração

Prezados, cooperados e comunidade, sejam bem-vindos!

Neste documento, apresentamos as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício encerrado em 31 de Dezembro de 2025 do Sicoob Sul Litorâneo, alinhados ao nosso compromisso com a transparência. As demonstrações contábeis completas podem ser acessadas no site comunidadesicoob.com.br/ra.

Ao navegar por este relatório, você terá a oportunidade de explorar em detalhes os resultados financeiros, destacando a solidez da nossa cooperativa e o impacto positivo do cooperativismo em nossa comunidade.

Agradecemos a atenção e interesse. Boa leitura!

1. Contexto Sicoob

Formado por 323 cooperativas financeiras, distribuídas por todos os estados brasileiros, o Sicoob está presente em 2.452 municípios, sendo a única instituição financeira em 415 cidades. Com a maior rede física de atendimento do país, composta por mais de 4.600 pontos de atendimento, o Sistema reúne mais de 9,3 milhões de cooperados, que constroem, de forma coletiva, uma instituição sólida, próxima e comprometida com o desenvolvimento do Brasil.

Guiado pelos princípios do cooperativismo financeiro, o Sicoob atua com o propósito de promover cooperação, pertencimento, responsabilidade social e justiça financeira, impulsionando o crescimento econômico e social das comunidades onde está inserido e fortalecendo relações baseadas na confiança e na participação ativa de seus cooperados.

1.2. O Sicoob ES

O Sicoob ES é um dos 14 sistemas regionais que integram o Sicoob no Brasil. Com quase quatro décadas de atuação nos estados do Espírito Santo e Rio de Janeiro, além das cidades de São José dos Campos (SP), Ilhéus, Itabuna, Santa Luzia, Lauro de Freitas e Salvador (BA), o Sicoob ES mantém firme o propósito de avançar na ocupação territorial do Arco Leste do Brasil, abrangendo 334 municípios e mais de 30 milhões de habitantes, e com isso cooperar para o desenvolvimento desses estados e municípios através da promoção de soluções financeiras adequadas e da participação ativa na articulação de políticas públicas que gerem prosperidade. O sistema regional é composto por seis cooperativas singulares: Sicoob Sul-Litorâneo, Sicoob Sul, Sicoob Coopermais, Sicoob Sul-Serrano, Sicoob Credirochas e Sicoob Conexão que juntas reúnem mais de 1 milhão de cooperados, evidenciando a força do cooperativismo financeiro na região.

Em 2025, o Sicoob ES constituiu sete novos pontos de atendimento, alcançando o total de 211 unidades em sua área de atuação. Essa expansão reforça o compromisso do sistema regional com a proximidade, o acesso aos serviços financeiros e a presença ativa nos territórios, distribuindo-se em 8 unidades na Bahia, em 5 municípios; 143 no Espírito Santo, em 74 municípios; 58 no Rio de Janeiro, em 37 municípios; e 2 em São Paulo, no município de São José dos Campos.

A base de cooperados é formada, majoritariamente, por pessoas físicas (82%). Ao longo de 2025, o Sicoob ES registrou a entrada de mais de 167 mil novos cooperados, reflexo da confiança contínua no modelo cooperativista, na solidez do sistema e na relação de proximidade construída com as comunidades. Ao final do exercício, o sistema regional contava com 2.570 colaboradores, distribuídos entre as seis cooperativas singulares e a Central, que atuam diariamente para transformar propósito em resultados concretos.

1.2.1 Destaques

Entre os principais destaques do Sicoob ES em 2025, ressaltam-se:

- Pelo terceiro ano consecutivo, o Sicoob ES foi reconhecido como o Maior Grupo Empresarial do Espírito Santo, segundo o Anuário IEL 200 Maiores e Melhores Empresas, considerando o critério de patrimônio líquido, reafirmando sua solidez e relevância econômica no Estado.
- Há 13 anos consecutivos, o Sicoob ES é reconhecido no Prêmio Líder Empresarial, e, em 2025, recebeu novamente destaque nas categorias “Cooperativa”, “Instituição Financeira” e “Grupo Empresarial”, evidenciando uma trajetória consistente de liderança e credibilidade.
- Desde 2010, o Sicoob ES ocupa o primeiro lugar na pesquisa Recall de Marcas, realizada pela Rede Gazeta, resultado que traduz a forte conexão da marca com os capixabas e a confiança construída ao longo do tempo.
- Em 2025, o Sicoob ES alcançou a marca histórica de 1 milhão de cooperados, um marco que simboliza não apenas crescimento, mas o reconhecimento de milhares de pessoas que escolheram fazer parte de um modelo financeiro mais justo, participativo e sustentável.
- No mesmo exercício, o Sicoob ES passou a integrar o ranking nacional Great Place to Work (GPTW), figurando entre as 175 melhores empresas para trabalhar no Brasil, reforçando o compromisso com a valorização das pessoas, a construção de um ambiente organizacional saudável e o desenvolvimento humano.
- Reafirmando seu papel como agente de transformação social, o Sicoob ES destinou mais de R\$ 5 milhões ao 7º Edital Social, beneficiando mais de 83 mil pessoas por meio do apoio a projetos voltados à educação, inclusão social, cidadania e fortalecimento das comunidades locais, ampliando o impacto positivo de sua atuação para além do âmbito financeiro. Todas as iniciativas de responsabilidade social executadas ou apoiadas pelo Sicoob ES em 2025 nos 117 municípios beneficiaram diretamente 519 mil pessoas, com um investimento direto de quase R\$ 12 milhões.
- Em 2025, o Sicoob ES foi reconhecido na categoria ESG do Prêmio Ser Humano da ABRH ES com o projeto “Clínicas Financeiras: o Trabalho Voluntário como Motor de Transformação Social” que reconhece iniciativas que tenham compromisso social e que agregam valor para todos os envolvidos, neste caso, colaboradores voluntários e comunidade.
- A redução do impacto ambiental também faz parte das estratégias do Sicoob ES, que conta com usinas fotovoltaicas para gerar energia elétrica de fonte renovável para consumo em suas dependências, cuja produção e consumo sustentável em 2025 contribuiu para a redução de mais de 2,5 mil toneladas de CO₂ por ano, impacto ambiental equivalente ao cultivo de 15.645 mudas de árvores ao longo de 10 anos.
- O Sistema Sicoob ES mantém o **Fundo de Estabilidade e Fomento do Sicoob ES (FEFES)**. O fundo foi prorrogado até 31/12/2030, conforme deliberação em Assembleia Geral Extraordinária (AGE) do Sicoob Central ES, com o objetivo de fortalecer o sistema regional para o novo ciclo de crescimento, especialmente no avanço da estratégia de expansão presencial na região do Arco Leste do Brasil. Em 31/12/2025, o FEFES apresentava saldo de **R\$ 725.388 mil**.

1.3. Soluções Crédito Implementadas e Perspectivas Sicoob ES

Durante o exercício de 2025, diversas soluções financeiras foram lançadas para fomentar a inovação, fortalecer e atender as necessidades dos nossos associados, dentre elas destacam-se:

- **CRÉDITO DO TRABALHADOR:** O Crédito do Trabalhador é uma nova linha de crédito consignado lançada pelo Governo Federal com o objetivo de ampliar o acesso ao crédito para trabalhadores regidos pela CLT. O Sicoob, junto com outras instituições financeiras esteve presente no lançamento em março deste ano, já apto a disponibilizar as contratações que se iniciaram em 21/03/2025. A proposta da linha é a de oferecer empréstimos com juros mais baixos, condições facilitadas de pagamento e menor burocracia, especialmente para quem tem dificuldade de acessar crédito tradicional, já que o desconto das parcelas é na folha de pagamento. A iniciativa é parte de uma estratégia para estimular a economia, aumentar a inclusão financeira e reduzir o endividamento das famílias.
- **FAMPE MULHER:** O Fampe Mulher é uma linha de crédito especial operada pelo Sebrae e disponibilizada pelo Sicoob às associadas. Diferentemente do Fampe convencional, conta com aval de 100% pelo Fundo de Aval às Micro e Pequenas Empresas (Fampe). O crédito é destinado apenas às empresas com participação majoritariamente feminina no capital social ou administradas por mulheres. A iniciativa foi lançada em 2025, com implementação inicial nos estados do Espírito Santo e de Mato Grosso do Sul, e tem validade até 31 de março de 2027.
- **ASTEC DIGITAL –** Com a ferramenta Assistência Técnica Digital, é possível integrar cooperativas e profissionais responsáveis pela elaboração de projetos e prestação de assistência técnica. Essa integração facilita a captação e contratação de crédito rural, amplia o alcance dos parceiros envolvidos e agiliza o acesso aos recursos financeiros destinados ao setor.

Além disso, o repasse de recursos do BNDES continuou sendo um destaque para os setores empresarial e rural. Pelo quarto ano safra consecutivo, o Sicoob ES foi reconhecido como o maior repassador de recursos para os programas agropecuários do BNDES no Espírito Santo, reforçando seu papel no apoio financeiro a diversos segmentos econômicos. Os números detalhados sobre esses repasses estão disponíveis no site do BNDES: <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/transparencia/centraldedownloads> e Crédito Rural: <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/transparencia/consulta-operacoes-bndes/credito-rural-desempenho-operacional>.

- **Projetos para soluções a servidores públicos:** No âmbito do Projeto Servidores, com dados extraídos em 31 de dezembro de 2025, observou-se evolução consistente dos principais indicadores. O número de servidores públicos associados alcançou 51.116, representando crescimento de 70,8% no período. Em relação à carteira de crédito, o crédito consignado com servidores totalizou R\$ 176 milhões, com alta de 21,3%, enquanto o crédito geral com servidores atingiu R\$ 213 milhões, registrando variação positiva de 11,34%. Esses resultados reforçam o avanço do projeto, tanto na ampliação do quadro associativo quanto na expansão sustentável das operações de crédito direcionadas a esse público.

1.3.1 Perspectivas para 2026

Para 2026, a Cooperativa reforça sua estratégia de ampliação de soluções financeiras com foco em **liquidez, eficiência na concessão de crédito e mitigação de riscos**, priorizando instrumentos que aprimoram o acesso a capital de giro e fortalecem o atendimento às necessidades de empresas, especialmente MPEs e exportadores. Nesse contexto, destacam-se as seguintes frentes:

AntecipaGov

O AntecipaGov consolida-se como uma alternativa relevante para fornecedores da União, ao viabilizar a **antecipação de valores vinculados a contratos públicos (empenhos)**, convertendo créditos futuros em **capital de giro**. A plataforma integra fornecedores e instituições financeiras credenciadas, permitindo que a análise de risco utilize dados do próprio contrato, o que tende a **reduzir incertezas, acelerar a contratação e favorecer condições de custo potencialmente mais competitivas**, além de contribuir para melhora do fluxo de caixa das empresas atendidas.

CCE – Cédula de Crédito à Exportação

A Cédula de Crédito à Exportação (CCE) permanece como instrumento estratégico para o financiamento de exportadores, ao possibilitar recursos voltados à **produção e comercialização de bens destinados ao mercado externo**, com lastro em exportações futuras. Para a Cooperativa, trata-se de mecanismo que contribui para **estruturação de garantias e segurança da operação**, com possibilidade de pactuação em moeda nacional ou estrangeira, apoiando o planejamento financeiro do exportador e oferecendo maior previsibilidade frente às variações do ambiente econômico.

Crédito Digital com Garantia do FAMPE

A Cooperativa deve intensificar, em 2026, a oferta de **crédito digital de capital de giro**, contratado diretamente pelo **aplicativo Sicoob**, com utilização da garantia do **FAMPE (Fundo de Aval às Micro e Pequenas Empresas)**. Essa iniciativa fortalece a agenda de **digitalização e capilaridade**, ao facilitar o acesso ao crédito, reduzir fricções operacionais e ampliar o alcance junto ao público de micro e pequenas empresas, com reforço de garantia que contribui para a **melhoria do perfil de risco** das operações.

NCE – Notas Comerciais de Exportação

As Notas Comerciais de Exportação (NCE) despontam como alternativa de financiamento com **livre negociação**, voltada à produção de bens destinados à exportação e a serviços correlatos. Para 2026, a perspectiva é ampliar o uso de estruturas que promovam **flexibilidade, diversificação de funding e adequação ao ciclo financeiro do exportador**, viabilizando condições mais alinhadas às demandas do comércio exterior.

Radar de Recebíveis

A adoção de soluções tecnológicas como o “Radar de Recebíveis” reforça a governança e a assertividade nas operações lastreadas em recebíveis de cartão (vendas a prazo). Por meio de infraestrutura regulada e integrada (a exemplo de registradoras como a CERC), a Cooperativa ganha maior capacidade de **consulta, verificação e análise de recebíveis**, elevando a transparência, reduzindo assimetrias de informação e aprimorando a **precificação e a decisão de crédito**, com impactos positivos na mitigação de riscos e na eficiência das operações de antecipação.

Nota Comercial

A nota comercial é um título de crédito emitido de forma escritural pela cooperativa para captar recursos diretamente no mercado, sem intermediários. Funciona como um empréstimo de capital de giro de curto prazo e possui isenção de IOF.

CPR-F Barter

O título tem por finalidade estabelecer condições de intercooperação entre as partes, possibilitando e incentivando que o produtor rural adquira insumos (sementes, fertilizantes, defensivos) e/ou máquinas e/ou equipamentos agrícolas junto ao PARCEIRO BARTER e, em vez de pagar com dinheiro, realiza o pagamento com uma parte da sua safra futura.

Caberá ao PARCEIRO BARTER a comercialização dos referidos bens aos produtores rurais, bem como a posterior aquisição dos produtos agropecuários vinculados às operações de CPR Barter.

1.4. Novos Produtos e Soluções

Em 2025, o Sicoob ampliou seu portfólio de investimentos com o lançamento do **Fundo de Investimento Sicoob Cambial Dólar**. A nova solução possibilita aos cooperados acesso direto ao mercado de câmbio por meio da plataforma de investimentos da instituição, que **já contempla o Home Broker e outros produtos de renda variável**. A iniciativa tem como objetivo ampliar as alternativas de diversificação e oferecer instrumento de proteção cambial aos associados.

No mesmo exercício, a **Sipag avançou na ampliação e evolução do ecossistema de meios de pagamento**, com foco em eficiência operacional, integração tecnológica e aprimoramento da experiência do associado. Foram incorporados **novos aplicativos de automação comercial direcionados aos segmentos de postos de combustíveis, eventos e alimentação**, com funcionalidades que **permitem a gestão de pedidos, a emissão de ingressos e de notas fiscais diretamente nas maquininhas**. Essas entregas contribuem para a simplificação de rotinas operacionais, o fortalecimento do controle gerencial e o aumento da produtividade dos negócios dos cooperados.

Como parte do movimento de expansão do portfólio de soluções de pagamentos, a **Transferência Eletrônica de Fundos (TEF) da Sipag** passou a contar com integração às principais TEF Houses do mercado, ampliando a interoperabilidade, a aderência às diferentes estruturas de automação do varejo e a robustez das operações dos estabelecimentos vinculados aos associados.

Ainda em 2025, o Sicoob anunciou o lançamento do **cartão Sicoob Zenith**, com pré-lançamento realizado até o final de junho e disponibilização prevista para agosto. Voltado ao público de alta renda, o produto foi concebido para oferecer uma proposta de valor alinhada a um padrão elevado de serviços e conveniência, reunindo benefícios exclusivos e desempenho superior. O cartão estará disponível nas bandeiras **Mastercard e Visa**, reforçando o posicionamento da Cooperativa na oferta de soluções sofisticadas e no atendimento a perfis de associados que demandam produtos de maior valor agregado.

1.5. Tecnologia

Em conformidade com as transformações observadas no mercado financeiro e com as diretrizes estratégicas do Sistema Sicoob, o Centro Corporativo Sicoob manteve, em 2025, investimentos estruturantes em Tecnologia da Informação, direcionados ao fortalecimento da capacidade operacional, à eficiência dos processos e à ampliação dos canais de relacionamento com os cooperados. Tais investimentos contribuíram para a consolidação dos canais digitais como principal meio de interação no Sicoob ES, com impactos positivos em escala operacional, padronização dos serviços e racionalização de custos.

No exercício, observou-se a consolidação da **associação digital para pessoas físicas e microempreendedores individuais (MEIs)** como canal relevante de ingresso de novos cooperados. Em 2025, **66,4% das novas associações ocorreram por meio digital**, percentual que atingiu **71% no segundo semestre**, indicando aumento da utilização dos canais digitais disponibilizados pelo Sistema. A evolução desses indicadores reflete a aderência das soluções adotadas às necessidades operacionais dos cooperados.

A experiência digital é suportada por aplicativo institucional, que apresentou avaliações médias de **4,8 na Play Store e 4,9 na Apple Store**, conforme métricas públicas disponibilizadas pelas respectivas plataformas, indicando estabilidade e aceitabilidade das soluções tecnológicas ofertadas.

O atendimento por canais digitais apresentou desempenho consistente ao longo do período, com avaliação média de **4,53 (em escala de 5)** e tempo médio de resposta inferior a cinco minutos após o transbordo. A **ampliação do horário de atendimento, das 7h30 às 21h30**, contribuiu para o aumento da disponibilidade dos serviços e para a continuidade do atendimento aos cooperados.

A **manutenção da isenção de tarifas para transações Pix de pessoas jurídicas**, aliada à evolução contínua das APIs, impactou positivamente o volume financeiro transacionado. Em 2024, o volume movimentado pelos associados superou **R\$ 147 bilhões**, enquanto, em 2025, ultrapassou **R\$ 196 bilhões**, representando crescimento de **33%** no período.

Adicionalmente, verificou-se incremento relevante na utilização de soluções de automação financeira pelos cooperados, por meio da integração de sistemas próprios às APIs do Sicoob para emissão de Pix, boletos, pagamentos, extratos e investimentos. O volume de integrações apresentou crescimento de **111%**, evidenciando a ampliação do uso das infraestruturas tecnológicas disponibilizadas pelo Sistema e o avanço do processo de digitalização das operações.

1.6. Produto Poupança

A partir do segundo semestre de 2025, em conformidade com a **Resolução CMN nº 5.044/2022**, as cooperativas de crédito passaram a registrar, em seus próprios balanços patrimoniais, os saldos das **novas contas de poupança rural**, contribuindo para o fortalecimento da estrutura financeira e para a ampliação da capacidade de oferta de soluções voltadas ao público do agronegócio.

A evolução do produto também permitiu a **vinculação da poupança rural à conta corrente do cooperado**, habilitando **consulta e movimentação** diretamente pelo **Super App Sicoob** e pelo **Cartão Sicoobcard**. Adicionalmente, os recursos da poupança podem ser **transferidos para a conta corrente**, passando a usufruir das mesmas funcionalidades e limites transacionais — como **saques, transferências, pagamentos e operações via Pix** —, em geral mais elevados e passíveis de parametrização conforme o perfil do cooperado.

Com isso, o Sicoob amplia a conveniência e a eficiência na gestão financeira dos cooperados, oferecendo uma experiência mais integrada, com maior autonomia e fluidez no uso dos recursos.

Ao longo do período, foram **criadas ou migradas 52.388 contas de poupança** para as cooperativas do **Sicoob ES**, totalizando **saldo de R\$ 615.967.023,73**, o que evidencia a expressiva adesão dos cooperados ao produto e reforça a relevância dessa evolução para a ampliação da base de captação e para o fortalecimento do relacionamento com o público atendido.

2. Sustentabilidade

O Visando estruturar um ambiente de **sustentabilidade sistêmica**, que integre de forma consistente as dimensões **ambiental, social e de governança (ESG)** ao modelo de negócios do Sicoob, todas as organizações do Sistema vêm se mobilizando em torno do **Pacto pelo Desenvolvimento Sustentável**. Essa iniciativa fortalece a atuação cooperativista orientada à perenidade, à gestão responsável de riscos e à geração de valor compartilhado para associados e comunidades.

Para tornar claros aos cooperados e à sociedade os compromissos assumidos, o Sicoob mantém um **Plano de Sustentabilidade**, uma **Agenda** e um **Relatório de Sustentabilidade**, instrumentos alinhados ao planejamento estratégico e aderentes às diretrizes do **Banco Central do Brasil** relacionadas à **Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática**. Para mais informações, acesse: www.sicoob.com.br/sustentabilidade.

Reforçando o compromisso com o **Investimento Social Estratégico**, o **Fundo de Investimento Social (FIS) do Sicoob ES** viabiliza programas próprios e apoia iniciativas relevantes nas comunidades do território de atuação. Em 2025, foram **investidos quase R\$ 12 milhões em ações que beneficiaram mais de 519 mil pessoas diretamente**. Entre as iniciativas, os projetos de **Educação Financeira e Cooperativista em Escolas** — como **Cooperativa Mirim, Financinhas nas Escolas e Concurso Cultural** — impactaram **mais de 47 mil alunos**, contribuindo para a formação cidadã e o fortalecimento da cultura cooperativista.

No âmbito do apoio institucional às comunidades, a **7ª edição do Edital Social** aprovou **213 projetos** em **207 instituições** de **80 municípios**, beneficiando **83.160 pessoas**, com investimento superior a **R\$ 5 milhões**. Desde a primeira edição, foram apoiados **mais de 800 projetos** em **mais de 100 municípios**, totalizando investimento de **quase R\$ 20 milhões**, evidenciando a continuidade e a capilaridade da atuação social do Sicoob ES. Para 2026, a **8ª edição do Edital Social** terá inscrições abertas de **02 de março a 30 de abril**, por meio do site www.comunidadesicoob.com.br, sendo **exclusiva para instituições sem fins lucrativos**, reafirmando o compromisso com o fortalecimento das organizações sociais e com o desenvolvimento sustentável das comunidades.

Em 2025, o produto **Faça Acontecer** ampliou seu alcance e reforçou sua contribuição para a agenda de **inclusão e desenvolvimento social**, ao beneficiar **mais de 4.000 estudantes** por meio do financiamento estudantil, consolidando

uma carteira superior a **R\$ 380 milhões**. Atualmente, a solução atende alunos de instituições de ensino conveniadas em **23 estados** e no **Distrito Federal**, ampliando o acesso à educação e fortalecendo oportunidades de formação e mobilidade social.

No encerramento do exercício, foram concluídas **negociações estratégicas** com dois dos maiores grupos educacionais do país — **Cogna e Ânima** —, o que reforça a capacidade de expansão do programa, amplia a capilaridade do atendimento e sustenta a continuidade do impacto positivo gerado junto às comunidades onde o Sicoob atua.

3. Nossa cooperativa

O Sicoob Sul Litorâneo é uma cooperativa voltada para a prestação de serviços financeiros aos seus cooperados que além de contar com um portfólio completo de produtos e serviços, têm participação nos resultados financeiros e contribuem para o desenvolvimento socioeconômico de suas comunidades.

3.1 Classificação Fitch Ratings

Em **26 de agosto de 2025**, a agência de classificação de risco **Fitch Ratings** realizou a **elevação (upgrade)** do **Rating Nacional de Longo Prazo** do **Sicoob Sul Litorâneo** para **AA+(bra)**. Na mesma data, a agência **reafirmou (affirmed)** o **Rating Nacional de Curto Prazo** em **F1+(bra)**.

Esse movimento reforça a percepção de **solidez e resiliência financeira** da Cooperativa, em linha com a consistência dos seus indicadores de **rentabilidade e capitalização**. Mesmo diante do **crescimento relevante dos ativos** e do volume de **investimentos realizados**, a Cooperativa manteve padrões robustos de sustentação patrimonial e desempenho.

Adicionalmente, o avanço do **plano de expansão geográfica** contribui para ampliar o potencial de **geração de receitas** e de **captação de cooperados** em segmentos diversificados, fortalecendo a base de negócios e a diversificação de resultados. Mais informações podem ser consultadas em **fitchratings.com/site/brasil**.

4. Política de Crédito

Nossa atuação dá-se principalmente por meio da concessão de empréstimos e captação de depósitos. Concessão essa que é realizada para cooperados após prévia análise, respeitando limites de alçadas pré-estabelecidos que devem ser observados e cumpridos. Realizamos, ainda, consultas cadastrais e análises através do “RATING” (avaliação por pontos), buscando assim garantir ao máximo a liquidez das operações.

Nossa política de classificação de risco de crédito está de acordo com a Resolução CMN nº 4.966/21, que entrou em vigor a partir de janeiro/2025. Essa resolução altera a forma como as instituições financeiras classificam, mensuram e reconhecem perdas esperadas em seus ativos financeiros, incluindo a provisão para créditos de liquidação duvidosa (PCLD).

5. Governança Corporativa

A cooperativa possui profissional(is) designado(s) na função de Agente de Controles Internos, supervisionado(s) diretamente pelo Diretor responsável pelo gerenciamento contínuo de riscos. O objetivo é acompanhar a aderência aos normativos vigentes, sejam eles internos e/ou sistêmicos (SICOOB CENTRAL ES e Sicoob Confederação), bem como aqueles oriundos da legislação vigente.

Os balanços da cooperativa são auditados por auditor externo, que emite relatórios, levados ao conhecimento dos Conselhos e da Diretoria. Todos esses processos são acompanhados e fiscalizados pelo Banco Central do Brasil, órgão ao qual cabe a competência de fiscalizar a cooperativa.

Tendo em vista o risco que envolve a intermediação financeira, a cooperativa adota ferramentas de gestão como o Manual de Crédito, que foi aprovado, como muitos outros manuais, pelo Sicoob Confederação e homologado pela central.

Além do Estatuto Social, seguimos regimentos e regulamentos, entre os quais destacamos o Regimento Interno do Conselho de Administração, o Regimento Interno da Diretoria Executiva, o Regimento do Conselho Fiscal e o Regulamento Eleitoral.

A cooperativa adota procedimentos para cumprir todas as normas contábeis e fiscais. Além disso, os integrantes da nossa cooperativa estão em harmonia com o Pacto de Ética e de Conduta Profissional propostos pelo Sicoob Confederação.

Todos esses mecanismos de controle, além de necessários, são fundamentais para levar às filiadas e à sociedade a transparência da gestão e de todas as atividades desenvolvidas pela instituição.

Na estrutura da governança corporativa do Sicoob ES, o processo assemblear é um dos elementos centrais, e sua relevância é superior ao cumprimento da exigência legal, pois materializa o segundo princípio do cooperativismo: a Gestão Democrática, garantindo que os associados exerçam seu direito de participar das decisões estratégicas da cooperativa. A participação coletiva nas decisões é um valor que permeia nosso negócio, por isso cada cooperado e/ou delegado tem direito a voto nas assembleias. Entre as decisões, está a eleição do Conselho de Administração, que é responsável pelas decisões estratégicas, a apreciação da prestação e contas do exercício, o rateio das sobras e a remuneração a ser paga aos administradores. O ciclo assemblear em 2025 das cooperativas do Sicoob ES contou com mais de 50 reuniões, que contou com a participação de mais de 53 mil associados, tornando-se como um dos mais robustos ciclos assembleares do Sicoob ES, consolidando o compromisso com a transparência e participação os cooperados.

6. Sistema de Ouvidoria

É um canal de comunicação com os nossos cooperados e integrantes das comunidades onde estamos presentes, em que são atendidas manifestações sobre nossos produtos.

No exercício de 2025, foram direcionadas 86 demandas sobre a qualidade dos produtos e serviços oferecidos pela nossa cooperativa. Dessas, 38 foram classificadas como procedentes e com exceção de 15 ocorrências, todas foram resolvidas antes do prazo legal estabelecido, que é de 10 dias úteis, de maneira satisfatória para as partes envolvidas, em perfeito acordo com o previsto na legislação vigente. As classificadas como improcedentes também foram respondidas dentro do prazo legal.

7. Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito

O FGCoop é uma associação civil sem fins lucrativos criada para tornar as cooperativas financeiras tão competitivas quanto os bancos comerciais e proteger as pessoas que depositam sua confiança em cooperativas financeiras regulamentadas. Ele assegura que o cooperado receba seu dinheiro de volta nos casos de eventual intervenção ou liquidação da cooperativa financeira pelo Banco Central do Brasil, até o limite de R\$ 250 mil (duzentos e cinquenta mil reais) por CPF ou CNPJ.

De acordo com o artigo 3º da Resolução CMN nº 4.933, de 29/7/2021, a contribuição mensal ordinária das instituições associadas ao Fundo é de 0,0125%, dos saldos das obrigações garantidas, que abrangem as mesmas modalidades protegidas pelo Fundo Garantidor de Créditos dos bancos, o FGC, ou seja, os depósitos à vista e a prazo, as letras de crédito do agronegócio, entre outros.

8. Demonstrações do Período

8.1 Resultado

Em Milhares R\$

Demonstração do Resultado do Período	Jan a Dez/2025	Jan a Dez/2024	Variação %
Resultado da intermediação Financeira antes dos Créditos de Liquidação Duvidosa	20.473	65.208	(68,60)
Despesa de provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	60.249	47.867	25,87
Receita de recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo	5.650	4.774	18,35
Receitas de Prestação de Serviços e de Tarifas	45.113	40.679	10,90
Receitas com Ato Não Cooperativo	19.772	10.355	90,94
Despesas com Pessoal, Outras Despesas Administrativas e Operacionais	91.687	81.911	11,93
Despesas Tributárias	833	722	15,37
Outros Ingressos e Receitas Operacionais	20.789	14.894	39,58
Ingressos de Depósitos Intercooperativos	121.891	68.022	79,19
Juros ao Capital	18.020	11.238	60,35
Resultado	50.976	52.356	(2,64)

Contribuíram para compor o resultado do exercício de 2025 as receitas de prestação de serviços e tarifas bancárias, que registraram um crescimento de 10,90%.

No exercício de 2025 ocorreu um aumento de 39,58% comparado ao exercício de 2024 na receita de Outros Ingressos e Receitas Operacionais.

A remuneração do Juros ao Capital no exercício de 2025 foi de R\$ 18.020 milhões, 60,35% superior ao mesmo período do ano anterior.

A Receita de Ingressos de Depósitos Intercooperativos aumentou 79,19% no exercício de 2025 quando comparado ao mesmo período de 2024.

8.2 Dados Patrimoniais

Diante dos resultados conquistados em 2025, o Sicoob Sul Litorâneo encerrou o exercício com as seguintes posições em seu balanço patrimonial:

Em Milhares R\$

Balanço Patrimonial	Jan a Dez2025	Jan a Dez/2024	Variação %
Ativos Totais	2.200.462	1.691.790	30,07
Centralização Financeira	1.025.847	775.643	32,26
Carteira de Crédito	920.780	845.460	8,91
Depósitos	1.704.314	1.264.752	34,75
Patrimônio Líquido	292.150	257.899	13,28
Patrimônio de Referência (PR)	259.978	233.789	11,20

Os destaques para o crescimento da Cooperativa no exercício de 2025 foram os ativos que registraram uma variação positiva de 30,07% em relação à 2024, demonstrando o caminho de crescimento de suas operações e serviços para os nossos cooperados.

A centralização financeira que são os valores que Cooperativa tem depositado na administração financeira realizada no Sicoob Central ES atingiram em 31/12/2025 o saldo de R\$ 1.025.847 mil, crescimento de 32,26% em relação a 31/12/2024. Também ao final do exercício a carteira de crédito atingiu a marca de R\$ 920.780 mil, registrando um crescimento de 8,91% em relação ao ano anterior.

Os depósitos obtiveram um aumento de 34,75% considerando o mesmo período de 2024, contabilizando o montante de R\$ 1.704.314 mil. Já o patrimônio líquido cresceu 13,28% e atingiu o valor de R\$ 292.150 mil.

8.3 Carteira de crédito por produto e segregação de PF e PJ

Na tabela a seguir estão detalhados os valores da carteira de crédito por produto e perfil.

Carteira de Crédito	31/12/2025			31/12/2024			Variação	
	PF	PJ	Total	PF	PJ	Total	Valor total	% Total
Crédito Rural	98.725	486	99.211	68.627	543	69.170	30.041	43,43
Crédito Comercial	116.098	706.136	822.234	116.730	659.560	776.290	45.944	5,92
Total	214.823	706.622	921.445	185.357	660.103	845.460	75.985	8,99

Ressalta-se que o quadro acima não contempla a dedução do montante relativo à TJEO — Taxa de Juros Efetiva da Operação, instituída pela Resolução CMN nº 4.966/2021, no valor de R\$ (665) mil. Assim, o saldo da carteira de crédito, líquido da referida dedução, totaliza R\$ 920.780.

8.4 Crédito e Captação Ampliada

Em 2025, o Sicoob Sul Litorâneo apresentou crescimento expressivo nos principais indicadores financeiros, com destaque para o Crédito Ampliado Total e a Captação Ampliada Total.

O Crédito Ampliado Total cresceu 12,91%, passando de R\$ 987 milhões para R\$ 1,1 bilhões. Esse indicador engloba tanto os créditos registrados nas operações de crédito no Balanço Contábil quanto as operações fora do Balanço Contábil, classificadas como “ampliadas”. Essas operações não são registradas diretamente na contabilidade da instituição, mas representam compromissos assumidos com terceiros e têm impacto relevante na análise da exposição ao risco e na capacidade de geração de receita.

Entre os produtos que compõem o crédito ampliado fora do Balanço Contábil e da Carteira de Crédito, destacam-se:

- **BNDES:** aumento de 41,20%, indicando maior intermediação de recursos de longo prazo para investimentos produtivos.
- **Crédito Imobiliário:** crescimento de 44,55%, impulsionado pela demanda por habitação.

Já a Captação Ampliada Total teve crescimento de 30,08%, passando de R\$ 1,5 bilhões para R\$ 1,9 bilhões. Assim como no crédito, esse indicador inclui tanto os recursos captados registrados no Balanço Contábil quanto aqueles fora, que representam fontes alternativas de funding.

A diferença entre as taxas de crescimento — com o crédito ampliado crescendo em ritmo ligeiramente superior ao da captação — evidencia uma estratégia de expansão sustentada, com diversificação de produtos e fontes de recursos, mantendo a solidez financeira e a capacidade de atender à crescente demanda por crédito.

Em Milhares R\$

Composição de Crédito e Captação Ampliada – Sicoob ES	31/12/2025	31/12/2024	%
Crédito Ampliado Total	1.114.480	987.028	12,91%
Crédito	920.780	845.460	8,91%
Crédito Ampliado	193.700	141.568	36,82%
BNDES	138.047	97.764	41,20%
CPR	27.171	29.048	-6,46%
Imobiliário	6.622	4.581	44,55%
Consignado Bancoob	11.827	10.174	16,25%
FINEP	10.032	-	-
Captação Ampliada Total	1.969.835	1.514.327	30,08%
Captação	1.773.702	1.326.565	33,71%
Captação Ampliada	196.133	187.762	4,46%
Dep. Poupança	162.219	169.056	-4,04%
LCA Intermediação	3.876	-	-
Mapfre Previ	20.291	16.112	25,94%
Sic. Previ – VGBL	8.156	1.209	574,57%
Sic. Previ – PGBl	1.592	1.384	14,97%

8.5. Distribuição de Resultados: compromisso com o Cooperado

Em abril de 2025, as cooperativas do Sicoob Sul Litorâneo reafirmaram seu compromisso com a transparência e a valorização do cooperado ao distribuírem, a título de sobras, o montante de R\$ 17.356 mil, referente aos resultados alcançados em 2024. A devolução foi realizada a todos os cooperados, conforme deliberação nas Assembleia Geral Ordinárias (AGO) da cooperativa, evidenciando a solidez da gestão participativa e o retorno financeiro proporcional à movimentação de cada associado. Esse repasse reforça o modelo cooperativista, no qual os resultados são compartilhados com quem contribui para o desenvolvimento e o sucesso da cooperativa.

9. Pessoas

Concluímos o exercício de 2025 com 80.741 cooperados, crescimento de 18,47% em relação ao mesmo período do anterior. As pessoas e empresas estão encontrando no Sicoob Sul Litorâneo produto e serviços de qualidade a custos justos, corroborando a eficácia do sistema de crédito cooperativo na inclusão financeira, redução da concentração bancária e do spread de crédito concedido pelas instituições financeiras brasileiras.

Guiado por uma cultura cooperativista fundamentada em princípios como respeito, valorização das pessoas, eficiência e liderança, o Sicoob Sul Litorâneo adota uma abordagem genuinamente centrada nos colaboradores, reconhecendo-os como elemento essencial para a excelência operacional, a qualidade no atendimento aos cooperados e a disseminação consistente do modelo de negócio cooperativo.

Ao final do exercício de 2025, o Sicoob Sul Litorâneo contava com 183 colaboradores, registrando um crescimento de 13% em relação ao exercício anterior. Esse avanço reflete não apenas a expansão das operações e o fortalecimento da estrutura organizacional, mas também o compromisso contínuo com a construção de um ambiente de trabalho que estimula o desenvolvimento, o engajamento e o protagonismo das pessoas.

As práticas adotadas ao longo de toda a jornada do colaborador, sustentadas por políticas e estratégias voltadas a promover um ambiente de trabalho saudável, inclusivo e estimulante, contribuíram para a consolidação de um clima organizacional de excelência. Como resultado desse compromisso, o Sicoob ES foi reconhecido em 2025 como uma das

175 Melhores Empresas para Trabalhar no Brasil pelo Great Place to Work (GPTW), a partir da avaliação realizada junto aos seus colaboradores. Além disso, a instituição recebeu o Selo Mental Health – três estrelas, certificação que destaca organizações comprometidas com a promoção da saúde mental de suas equipes.

10. Conselho Fiscal

Eleito na Assembleia Geral Ordinária, com mandato de dois anos, o Conselho Fiscal é um órgão independente da administração das cooperativas singulares. Sua responsabilidade é verificar de forma sistemática, como representantes dos interesses dos associados, os atos da administração, as atividades e operações da Cooperativa, bem como validar seus balancetes mensais e seu balanço patrimonial anual.

11. Código de Ética

O Sicoob Sul Litorâneo reforça seu compromisso com a ética e a integridade por meio do seu Código de Ética, adotado por todos os membros das equipes e, ao ingressarem na cooperativa, os novos colaboradores formalizam seu compromisso com esses princípios. O Programa de Integridade, que inclui políticas e controles internos, assegura a conformidade com leis, regulamentações e valores éticos. O Código de Ética abrange questões fundamentais, como prevenção de fraudes, adaptando-se a práticas contemporâneas, como o home office. Este documento reflete o empenho do Sicoob em manter um ambiente harmonioso, transparente e ético em todas as interações e atividades da instituição.

12. Agradecimento

Os resultados econômicos, financeiros e sociais apurados ao longo do exercício refletem a confiança depositada pelos cooperados e a atuação consistente do Sicoob Sul-Litorâneo. Os avanços alcançados no período decorrem do esforço conjunto das lideranças, empregados, cooperados, parceiros e comunidades, que atuam de forma integrada na oferta de soluções financeiras equilibradas, acessíveis e alinhadas ao desenvolvimento regional. A condução responsável dos recursos reafirma o compromisso com a geração de valor compartilhada e com a aplicação consciente do capital.

Mais do que resultados, seguimos reafirmando nossa essência: o Sicoob Sul-Litorâneo faz bem. Faz bem para os cooperados, por meio de relações de proximidade e de soluções financeiras justas; faz bem para os negócios, ao apoiar empreendedores e produtores rurais no fortalecimento de suas atividades; e faz bem para as comunidades, por meio de iniciativas que promovem transformação social e desenvolvimento sustentável nas regiões onde estamos presentes.

Ao longo do exercício, a gestão manteve-se orientada pela transparência, pela solidez e pelo equilíbrio entre desempenho econômico-financeiro, responsabilidade social e valorização das pessoas. Essa atuação fortalece os vínculos institucionais e amplia o impacto positivo nas comunidades em que estamos inseridos.

Agradecemos a todos pela confiança depositada e pelo protagonismo na construção dos resultados apresentados, bem como pela contribuição para que 2025 se consolidasse como um ano relevante e promissor para o Sicoob Sul-Litorâneo. Reafirmamos o compromisso com uma atuação que vai além dos indicadores financeiros, promovendo relações justas, fortalecendo o desenvolvimento local e gerando prosperidade compartilhada, porque cooperar faz bem e o Sicoob Sul-Litorâneo faz bem para todos que caminham conosco. Renovamos, ainda, o convite para que sigam participando da construção de um futuro cada vez mais cooperativo, por meio da Comunidade Sicoob (www.comunidadesicoob.com.br).

Alfredo Chaves/ES, 27 de janeiro de 2026.
Conselho de Administração e Diretoria Executiva.

Balanco Patrimonial

(em milhares de Reais)

	Notas	31/12/2025
ATIVO		2.200.462
DISPONIBILIDADES	5.	26.469
ATIVOS FINANCEIROS AO CUSTO AMORTIZADO		1.962.623
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	6.1	5.291
Relações Interfinanceiras	6.1	1.085.635
Operações de Crédito	7.1	920.780
Outros Créditos	7.2	40.129
Outros Ativos Financeiros	8.	17.344
(-) PROVISÕES PARA PERDAS ESPERADAS ASSOC. AO RISCO DE CRÉDITO	7.3	(106.556)
ATIVOS FINANCEIROS AO VALOR JUSTO POR MEIO DE OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES		13.318
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	6.2	13.318
ATIVOS FINANCEIROS AO VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO		170.824
Títulos e Valores Mobiliários	6.3	170.824
ATIVOS FISCAIS, CORRENTES e DIFERIDOS	9.	1.454
OUTROS ATIVOS	10.	6.033
IMOBILIZADO DE USO	11.	32.048
INTANGÍVEL E ÁGIO	12.	499
(-) DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES		(12.806)
(-) Depreciação Acumulada de Ativo Imobilizado de Uso	11.	(12.348)
(-) Amortização Acumulada de Ativos Intangíveis	12.	(458)
TOTAL DO ATIVO		2.200.462
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2.200.462
PASSIVOS FINANCEIROS AO CUSTO AMORTIZADO		1.908.312
DEPÓSITOS		1.704.314
Depósitos à Vista	13.1	395.195
Depósito de Poupança	13.1	59.788
Depósitos Sob Aviso	13.1	658
Depósitos a Prazo	13.1	1.248.673
OUTROS INSTRUMENTOS DE DÍVIDA		69.388
Recursos por Emissão de Letras	14.1	69.388
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS		89.709
Repasse Interfinanceiros	15.1	89.709
OUTROS PASSIVOS		30.912
Obrigações por Empréstimos e Repasses	16.1	7.200
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	16.2	270
Obrigações Fiscais, Correntes e Diferidas	16.3	2.014
Outras Obrigações	16.4	21.428
PROVISÕES		13.989
Provisões e Outras Obrigações com Instrumentos Financeiros	17.1	6.949
Provisão para Pagamento a Efetuar	17.2	5.218
Provisão para Contingências	17.3	1.822
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		292.150
CAPITAL SOCIAL	18.1	140.396
RESERVAS DE SOBRAS	18.2	140.399
SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	18.6	11.355
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2.200.462

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração de Sobras ou Perdas

(em milhares de Reais)

	Notas	2º Semestre 2025	31/12/2025
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		167.555	308.836
Resultado de Operações de Crédito	21.1	87.381	170.588
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	21.2	8.596	14.077
Resultado de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	21.3	1.542	2.280
Ingressos de Depósitos Intercooperativos	6.1.4	70.036	121.891
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(95.114)	(166.472)
Operações de Captação no Mercado	13.2	(92.263)	(161.161)
Operações de Empréstimos e Repasses	22.	(2.851)	(5.311)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		72.441	142.364
PROVISÕES PARA PERDAS ESPERADAS ASSOC. AO RISCO DE CRÉDITO			
	23.	(28.248)	(60.249)
RESULTADO LÍQUIDO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		44.193	82.115
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS		(12.951)	(26.717)
Rendas de Tarifas Bancárias	24.	5.614	10.802
Receitas de Prestação de Serviços	25.	17.928	34.311
Despesas de Pessoal	26.	(15.073)	(28.395)
Outras Despesas Administrativas	27.	(18.593)	(37.062)
Despesas Tributárias	28.	(421)	(833)
Outras Despesas Operacionais	29.	(11.573)	(26.230)
Outras Receitas Operacionais	30.	9.167	20.690
PROVISÕES		1.445	(310)
Provisões/Reversões para Contingências	31.1	738	891
Provisões/Reversões para Garantias Prestadas	31.2	707	(1.201)
RESULTADO OPERACIONAL		32.687	55.088
OUTRAS RECEITAS E DESPESAS	32.	62	99
SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES		32.749	55.187
PARTICIPAÇÕES NAS SOBRAS	16.4.I	(2.483)	(4.211)
SOBRAS OU PERDAS DO PERÍODO ANTES DAS DESTINAÇÕES E DOS JUROS AO CAPITAL		30.266	50.976

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



Demonstração do Resultado Abrangente
(em milhares de Reais)

	2º Semestre 2025	31/12/2025
SOBRAS OU PERDAS DO PERÍODO ANTES DAS DESTINAÇÕES E DOS JUROS AO CAPITAL	30.266	50.976
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	-	-
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE	30.266	50.976

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

(em milhares de Reais)

	CAPITAL SUBSCRITO	CAPITAL A REALIZAR	RESERVA LEGAL	RESERVAS ESTATUTÁRIAS	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	TOTAIS
Saldos em 31/12/2024	116.113	(606)	124.483	553	17.356	257.899
Adoção inicial Resolução CMN 4.966/21	-	-	(4.705)	-	-	(4.705)
Destinações das Sobras do Exercício Anterior:						
Outras Destinações das Sobras do Exercício Anterior	-	-	-	-	(106)	(106)
Distribuição de sobras para associados	17.250	-	-	-	(17.250)	-
Outros Eventos/Reservas	-	-	226	-	-	226
Movimentação de Capital:						
Por Subscrição/ Realização	6.255	(92)	-	-	-	6.163
Por Devolução (-)	(12.809)	-	-	-	-	(12.809)
Estorno de Capital	(9)	-	-	-	-	(9)
Reversão/Realização de Fundos	-	-	-	(553)	1.101	548
Sobras ou Perdas do Período Antes das Destinações e dos Juros ao Capital	-	-	-	-	50.976	50.976
Remuneração de Juros sobre o Capital Próprio:						
Provisão de Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	-	(18.020)	(18.020)
Juros sobre o Capital Próprio, Líquido	14.294	-	-	-	-	14.294
Destinações das Sobras do Período						
Fundo de Reserva	-	-	20.395	-	(20.395)	-
FATES- Atos Cooperativos	-	-	-	-	(2.307)	(2.307)
Saldos em 31/12/2025	141.094	(698)	140.399	-	11.355	292.150

Saldos em 30/06/2025	132.147	(680)	124.483	553	8.221	264.724
Adoção inicial Resolução CMN 4.966/21	-	-	(4.705)	-	4.705	-
Outros Eventos/Reservas	-	-	226	-	-	226
Movimentação de Capital:						
Por Subscrição/ Realização	4.947	(18)	-	-	-	4.929
Por Devolução (-)	(10.285)	-	-	-	-	(10.285)
Estorno de Capital	(9)	-	-	-	-	(9)
Reversão/Realização de Fundos	-	-	-	(553)	1.101	548
Sobras ou Perdas do Período Antes das Destinações e dos Juros ao Capital	-	-	-	-	30.266	30.266
Remuneração de Juros sobre o Capital Próprio:						
Provisão de Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	-	(10.236)	(10.236)
Juros sobre o Capital Próprio, Líquido	14.294	-	-	-	-	14.294
Destinações das Sobras do Período						
Fundo de Reserva	-	-	20.395	-	(20.395)	-
FATES- Atos Cooperativos	-	-	-	-	(2.307)	(2.307)
Saldos em 31/12/2025	141.094	(698)	140.399	-	11.355	292.150

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos Fluxos de Caixa

(em milhares de Reais)

	2º Semestre 2025	31/12/2025
SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES	32.749	55.187
Juros sobre o Capital Próprio Recebidos – Invest. Aval. Custo	(3.109)	(3.109)
Distribuição de Sobras e Dividendos – Invest. Aval. Custo	(367)	(5.461)
Provisões/Reversões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	28.248	60.249
Provisões/Reversões para Garantias Prestadas	(707)	1.201
Provisões/Reversões Não Operacionais	-	(19)
Provisões/Reversões para Contingências	(738)	(891)
(Ganho)/Perdas Por Baixas de Imobilizado	2	4
Depreciações e Amortizações	1.690	3.296
SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES AJUSTADO	57.768	110.457
(Aumento)/Redução em Ativos Operacionais		
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	(6.200)	(6.938)
Relações Interfinanceiras	(59.788)	(59.788)
Operações de Crédito	(61.573)	(116.471)
Outros Ativos Financeiros	(9.089)	(11.730)
Ativos Fiscais Correntes e Diferidos	(382)	(792)
Outros Ativos	(3.638)	(3.676)
Aumento/(Redução) em Passivos Operacionais		
Depósitos à Vista	53.755	36.368
Depósitos sob Aviso	(72)	(84)
Depósitos a Prazo	120.871	343.490
Outros Depósitos	59.788	59.788
Recursos de Aceite e Emissão de Títulos	495	7.575
Relações Interfinanceiras	9.229	22.253
Obrigações por Empréstimos e Repasses	800	800
Outros Passivos Financeiros	(182)	108
Provisões	1.770	5.854
Obrigações Fiscais Correntes e Diferidas	860	708
Outros Passivos	(28.257)	(18.441)
FATES – Atos Cooperativos	(2.307)	(2.307)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM ATIVIDADES OPERACIONAIS	133.848	367.174
Atividades de Investimentos		
Distribuição de Dividendos Recebidos – Invest. Aval. Custo	367	2.287
Distribuição de Sobras da Central Recebidos – Invest. Aval. Custo	-	3.174
Juros sobre o Capital Próprio Recebidos – Invest. Aval. Custo	3.109	3.109
Aquisição de Intangível	(5)	(6)
Aquisição de Imobilizado de Uso	(774)	(1.773)
Aquisição de Investimentos	(4.647)	(9.833)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(1.950)	(3.042)
Atividades de Financiamentos		
Aumento por novos aportes de Capital	4.928	6.163
Devolução de Capital aos Cooperados	(10.285)	(12.809)
Estorno de Capital	(9)	(9)
Distribuição de Sobras Para Associados Pago	1	(106)
Juros sobre o Capital Próprio, Líquido	14.294	14.294

	2º Semestre 2025	31/12/2025
Outros Eventos/Reservas	227	226
CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	9.156	7.759
AUMENTO / REDUÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	141.054	371.891
Modificações Líquidas de Caixa e Equivalentes de Caixa		
Caixa e Equivalentes de Caixa No Início do Período	1.027.767	796.930
Caixa e Equivalentes de Caixa No Fim do Período	1.168.821	1.168.821
Variação Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	141.054	371.891
As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.		

Notas Explicativas

(em milhares de Reais)

1. Contexto Operacional

A **COOPERATIVA DE CRÉDITO SUL-LITORANEA DO ESPÍRITO SANTO – SICOOB SUL LITORANEO**, doravante denominado **SICOOB SUL- LITORÂNEO**, é uma Cooperativa de Crédito Singular, instituição financeira não bancária, fundada em **28/10/1989**, filiada à **COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO DO ESPÍRITO SANTO – SICOOB CENTRAL ES** e componente do **Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil – Sicoob**, em conjunto com outras Cooperativas Singulares e Centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a *Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias*; pela Lei nº 5.764/1971, que define a *Política Nacional do Cooperativismo* e institui o regime jurídico das sociedades Cooperativas; pela Lei Complementar nº 130/2009, alterada pela Lei Complementar nº 196/2022, que dispõe sobre o *Sistema Nacional de Crédito Cooperativo*; pela Resolução CMN nº 4.970/2021 e 5.051/2022, alterada pela Resolução CMN nº 5.131/2024, que dispõe sobre a constituição e o funcionamento de Cooperativas de Crédito e sobre os processos de autorização de funcionamento das instituições que especifica.

O SICOOB SUL- LITORÂNEO, sediado à **RUA GUILHERME PATERLINI, Nº 83, CENTRO, ALFREDO CHAVES – ES**, possui: 18 Postos de Atendimento (PAs), nas seguintes localidades: ICONHA – ES, PIÚMA – ES, GUARAPARI – ES, ANCHIETA – ES, ITAPEMIRIM – ES, VIANA – ES, RIO BONITO – RJ, ITABORAÍ – RJ, RIO DE JANEIRO – RJ, CANTAGALO – RJ, PARÁIBA DO SUL – RJ, CORDEIRO – RJ, CONCEIÇÃO DE MACABU – RJ, ALFREDO CHAVES – ES, e 1 Posto de Atendimento Digital.

O SICOOB SUL- LITORÂNEO tem como atividade preponderante a operação na área creditícia e como finalidades:

- (i) Proporcionar, por meio da mutualidade, assistência financeira aos associados;
- (ii) Formar educacionalmente seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, com a ajuda mútua da economia sistemática e o uso adequado do crédito; e
- (iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações, entre outras: captação de recursos; concessão de créditos; prestação de garantias; prestação de serviços; formalização de convênios com outras instituições financeiras; e aplicação de recursos no mercado financeiro, incluindo depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

1.1 Classificação de Risco Fitch Ratings

Em 26 de agosto de 2025, a agência de classificação de risco Fitch Ratings elevou (upgrade) o Rating Nacional de Longo Prazo do Sicoob Sul-litorâneo para AA+(bra), o que denota baixa expectativa de risco de inadimplência; na mesma data, reafirmou (affirmed) o Rating Nacional de Curto Prazo em F1+(bra), que indica alta qualidade de crédito no curto prazo. A capacidade de pagamento de seus compromissos financeiros é considerada forte; contudo, pode ser mais vulnerável a condições adversas de negócios ou econômicas do que a observada em categorias de rating superiores. Segundo a escala de Rating Nacional da Fitch, essa classificação representa alta qualidade de crédito.

Esse movimento reforça a percepção de solidez e resiliência financeira do Sistema Sicoob ES, em linha com a consistência dos seus indicadores de rentabilidade e capitalização. Mesmo diante do crescimento relevante dos ativos e do volume de investimentos realizados, o Sistema manteve padrões robustos de sustentação patrimonial e desempenho.

Adicionalmente, o avanço do plano de expansão geográfica contribui para ampliar o potencial de geração de receitas e de captação de cooperados em segmentos diversificados, fortalecendo a base de negócios e a diversificação de resultados. Mais informações podem ser consultadas em:

Fonte: <<https://www.fitchratings.com/site/brasil>>.

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras

a) Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando os normativos aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB). Sua apresentação segue os preceitos da Lei nº 6.404/1976, que dispõe sobre as sociedades por ações, com as alterações promovidas por legislações posteriores, notadamente a Lei nº 11.638/2007, que introduziu relevantes ajustes na estrutura das demonstrações contábeis; a Lei nº 11.941/2009, que reforçou a transparência e a utilidade das informações financeiras; e a Lei nº 13.818/2019, que inovou quanto às exigências relativas à divulgação das demonstrações financeiras.

Adicionalmente, foram levadas em consideração as normas regulamentares constantes no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, os Pronunciamentos Contábeis homologados pelo BCB e a legislação aplicada às cooperativas de crédito, especialmente às disposições das Leis nº 4.595/64 e nº 5.764/71, com alterações pela Lei Complementar nº 130/2009 e 196/2022. Também foram observadas a Resolução CMN nº 4.818, de 2020, que estabelece diretrizes contábeis, e suas alterações subsequentes, a Resolução nº 5.185/2024 e a Resolução CMN nº 4.924, de 2021, alteradas pela Resolução CMN nº 5.116, de 2024. Por fim, foram consideradas as diretrizes da Resolução BCB nº 2/2020, atualizada pela Resolução BCB nº 367, de 2024.

As demonstrações financeiras, incluindo as notas explicativas, são de responsabilidade da Administração da Cooperativa, e sua aprovação foi concedida em **27/01/2026**.

b) Convergência às normas internacionais de contabilidade

Em função do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, novas normas e interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, as quais são aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BCB, naquilo que não confrontar com as normas por ele emitidas anteriormente, conforme a tabela a seguir apresenta:

Pronunciamentos CPC	Resolução CMN
CPC 00 (R2) – Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro	Resolução CMN nº 4.924/2021
CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos	Resolução CMN nº 4.924/2021
CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa	Resolução CMN nº 4.818/2020
CPC 04 (R1) – Ativo Intangível	Resolução CMN nº 4.534/2016
CPC 05 (R1) – Divulgação sobre Partes Relacionadas	Resolução CMN nº 4.818/2020
CPC 06 (R2) – Operações de Arrendamento Mercantil	Resolução CMN nº 4.975/2021
CPC 10 (R1) – Pagamento Baseado em Ações	Resolução CMN nº 3.989/2011
CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	Resolução CMN nº 4.924/2021
CPC 24 – Evento Subsequente	Resolução CMN nº 4.818/2020
CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	Resolução CMN nº 3.823/2009
CPC 27 – Ativo Imobilizado	Resolução CMN nº 4.535/2016
CPC 28 – Propriedade para investimento	Resolução CMN nº 4.967/2021
CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados	Resolução CMN nº 4.877/2020
CPC 41 – Resultado por Ação	Resolução CMN nº 4.818/2020
CPC 46 – Mensuração do Valor Justo	Resolução CMN nº 4.924/2021
CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente	Resolução CMN nº 4.924/2021

Os pronunciamentos contábeis aprovados pelo Banco Central do Brasil (BCB), quando aplicáveis às operações desta cooperativa de crédito, foram integralmente observados na elaboração das presentes demonstrações financeiras. Adicionalmente, os requisitos de divulgação estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.966, de 2021 e pela Resolução BCB nº 352, de 2023 foram devidamente contemplados nas demonstrações relativas ao presente exercício.

c) Moeda Funcional e apresentação

As demonstrações contábeis são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Cooperativa. Exceto quando indicado de outra forma, as informações financeiras quantitativas são apresentadas em milhares de Reais.

2.1 Mudanças nas Políticas Contábeis e Divulgação

a) Mudanças em vigor

Apresentamos a seguir um resumo sobre as normas emitidas pelos órgãos reguladores em exercícios anteriores e atual, mas que entraram em vigor durante o período de 2025:

Resolução CMN nº 4.966/2021, alterada pela Resolução CMN nº 5.244/2025 e a Resolução BCB nº 352/2023: introdução de mudanças significativas nas normas contábeis para instrumentos financeiros, alinhando-se aos conceitos da norma internacional IFRS 9 (CPC 48). Os principais impactos nas demonstrações referente a adoção da resolução são:

a.1 – A adoção do modelo de perda esperada para o reconhecimento das perdas associadas ao risco de crédito. Os instrumentos financeiros são classificados em 3 (três) estágios, de acordo com o incremento do risco de crédito associado. Essa abordagem antecipa a identificação do risco de perda antes da ocorrência de inadimplência.

a.2 – Ativos financeiros passam a ser mensurados e classificados com base no modelo de negócio da Cooperativa e em suas características contratuais de fluxos de caixa e não mais com base na intenção de vender.

a.3 – As receitas e os encargos de instrumentos financeiros devem ser reconhecidos no resultado, utilizando-se o método de taxa de juros efetivas.

a.4 – Novos critérios para mensuração de operações renegociadas e reestruturadas, visando maior transparência e comparabilidade.

a.5 – Vedação de registro no ativo de instrumentos financeiros baixados para prejuízo, exceto quando houver renegociação do instrumento, observando os devidos requisitos dispostos na Resolução.

Além disso:

– O critério de suspensão da apropriação de juros passa a se aplicar a partir do momento em que as operações forem classificadas como “ativo financeiro com problema de recuperação de crédito”;

– O critério de baixa de ativos financeiros para prejuízo também foi alterado: os ativos passam a ser baixados quando a Cooperativa não tiver mais expectativa de recuperação;

– Foram estabelecidas novas diretrizes para a contabilidade de hedge, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2027.

Resolução CMN 4.975/2021 e Resolução 5.101/2023: dispõe sobre os critérios contábeis aplicáveis às operações de arrendamento mercantil tanto na condição de arrendadora como arrendatária. Essa norma estabelece os requisitos para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil por instituições financeiras com base no CPC 06 (R2) – Arrendamentos. A norma é aplicável a todos os contratos de arrendamento, contudo, faculta às instituições financeiras a aplicação prospectiva conforme Artigo 2º, parágrafo 5º da referida Resolução.

Tendo como base as análises efetuadas e a faculdade prevista, a Cooperativa optou por adotar a norma prospectivamente para os contratos celebrados a partir de 1º de janeiro de 2025, data em que entrou em vigor, conforme determinação do órgão regulador.

Concomitante a mudança trazida pelas Resoluções já mencionadas, está a reformulação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. O Banco Central do Brasil (BCB) reestruturou o elenco de contas do COSIF, estabelecendo novas estruturas e limitando os níveis de agregação das contas. As alterações promovidas foram publicadas pelo órgão regulador nos seguintes normativos:

i) Instrução Normativa BCB nº 318, de 4 de novembro de 2022: define os subgrupos contábeis do elenco de contas do COSIF;

ii) Resolução BCB nº 390, de 12 de junho de 2024: trata da utilização do Padrão Contábil (Cosif) e da estrutura do elenco de contas do COSIF;

iii) Instruções Normativas BCB nº 426 a 433, atualizadas pelas Instruções Normativas BCB nº 619/2025 a 671/2025: define as rubricas contábeis do elenco de contas do Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil (Cosif) referentes aos grupos:

(i) ativo realizável e permanente;

(iv) grupos de compensação ativa e passiva;

(iii) passivo exigível;

(iv) patrimônio líquido;

(v) resultado credor e devedor.

b) Adoção Inicial

A Cooperativa adotou a disposição transitória prevista no artigo 79 da Resolução CMN nº 4.966/2021 de não reapresentar informações comparativas de períodos anteriores decorrentes das alterações na classificação e mensuração de instrumentos financeiros (incluindo perdas de crédito esperadas).

Os efeitos dos ajustes decorrentes da adoção dos novos critérios contábeis foram reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, em contrapartida à conta de lucros ou prejuízos acumulados, pelo valor líquido dos efeitos tributários.

A reconciliação do patrimônio líquido do sistema Sicoob demonstrando os efeitos da transição da norma em 1º de janeiro de 2025, está apresentada na nota 4.

c) Mudanças a serem aplicadas em períodos futuros

A Lei Complementar nº 214/2025, que regulamenta a Emenda Constitucional nº 132/2023, instituiu a Reforma Tributária sobre o consumo, prevendo a substituição gradativa dos tributos atuais (PIS, COFINS, ICMS e ISS) pela Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS). Durante o exercício de 2025, as instituições financeiras e Cooperativas de crédito permanecem enquadradas no regime específico para serviços financeiros, nos termos das normas complementares em discussão, não havendo, até a presente data, obrigação de adoção antecipada dos novos tributos.

No período, o Sistema Cooperativo realizou análise preliminar dos potenciais efeitos da nova tributação, considerando: (i) a manutenção da não incidência sobre atos cooperativos, princípio constitucional preservado; (ii) eventuais impactos na tributação de atos não cooperativos e receitas acessórias; e (iii) possíveis adequações operacionais e sistêmicas decorrentes da transição aos novos modelos de apuração.

A nova legislação exigirá adaptações operacionais e contábeis, especialmente diante da unificação de tributos e da necessidade de interpretação clara sobre o conceito de ato cooperativo. A norma foi sancionada em 16/01/2025 e respeitará o seguinte escalonamento de implementação:

- 1º de janeiro de 2025: Produção de efeitos para alguns artigos específicos (ex: artigos. 35, 58, 60 §3º, 62, 266, entre outros).
- 1º de maio de 2025: Produção de efeitos dos artigos 537 a 540 (quatro meses após a publicação).
- 1º de janeiro de 2026: Produção de efeitos para a maior parte dos dispositivos.
- 1º de janeiro de 2027 a 2033: Produção de efeitos escalonada para dispositivos mais complexos, como os relacionados à transição tributária e à substituição integral de tributos antigos.

Com base nas informações regulatórias disponíveis até 31 de dezembro de 2025, não foram identificados efeitos contábeis relevantes a serem reconhecidos nas demonstrações financeiras do exercício. A cooperativa continuará acompanhando a regulamentação infraconstitucional e os atos normativos futuros que definirão o tratamento específico aplicável às instituições financeiras e ao cooperativismo de crédito, avaliando eventuais impactos contábeis, operacionais e tributários à medida que forem estabelecidos requisitos definitivos.

Por fim, a **Resolução CMN nº 4.966/2021** – Instrumentos Financeiros e normativos relacionados – Estabelece a designação e reconhecimento contábil de hedge e o ajuste ao valor presente de instrumentos financeiros reestruturados, sendo efetivas a partir de 1º de janeiro de 2027. Os possíveis impactos estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma.

2.2 Continuidade dos Negócios

A Administração avaliou a capacidade de a Cooperativa continuar operando normalmente e está convencida de que possui recursos suficientes para dar continuidade a seus negócios no futuro. Dessa forma, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional.

3. Principais Políticas Materiais

3.1 Efeitos Tributários Cooperativas

Em decorrência da adoção da Resolução CMN nº 4.966/2021, para as Cooperativas não há efeitos tributários a serem registrados dado que a Lei nº 14.467/2022 não é aplicável.

Os critérios contábeis estabelecidos pela resolução foram aplicados de forma prospectiva e os efeitos dos ajustes decorrentes foram reconhecidos em contrapartida à conta de lucros ou prejuízos acumulados em 1º de janeiro de 2025, líquidos dos respectivos efeitos tributários.

3.2 Operações de Crédito Cedidas

As cessões de crédito com retenção substancial de riscos e benefícios passam a ter os seus resultados reconhecidos pelo prazo remanescente das operações. Os ativos financeiros objetos da cessão permanecem registrados como operações de crédito e o valor recebido como obrigações por operações de venda ou de transferência de ativos financeiros.

3.3 Investimentos

Representam investimentos em coligadas, controladas ou controladas em conjunto sujeitas à autorização de funcionamento pelo Banco Central do Brasil, bem como em outras instituições, sendo avaliadas pelo método de equivalência patrimonial conforme Resolução CMN nº 4.817/2020.

3.4 Apuração do Resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas do sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei nº 5.764/1971, o resultado é segregado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as Cooperativas e seus associados, ou Cooperativas entre si, para o cumprimento de seus objetivos estatutários, e os atos não cooperativos aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

3.5 Estimativas Contábeis

Na elaboração das demonstrações financeiras faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, entre outras. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

3.6 Caixa e Equivalentes de Caixa

Composto pelas disponibilidades, pela Centralização Financeira mantida na Central e por aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites e, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias, a contar da data de aquisição. São utilizadas pelo Sicoob para o gerenciamento de seus compromissos de curto prazo, de acordo com a Nota 5.

3.7 Instrumentos Financeiros

I. Classificação dos instrumentos financeiros

Conforme requerido pela norma, foram aprovadas pelos órgãos de governança, as Políticas de Modelos de Negócios aplicáveis a todas as entidades sistêmicas para administração dos ativos financeiros. As Cooperativas administram e classificam os ativos financeiros em um dos três modelos/categorias descritas a seguir:

Modelo de Negócio 1: Manter os ativos para recebimento de fluxos de caixa contratuais;

Custo Amortizado: o ativo é gerido dentro de modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros com o fim de receber os respectivos fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamentos de principal e juros.

Modelo de Negócio 2: Gerar retorno tanto pelo recebimento dos fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do Ativo Financeiro.

Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes: o ativo financeiro é gerido dentro de modelo de negócios cujo objetivo é gerar retorno tanto pelo recebimento dos fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro com transferência substancial de riscos e benefícios, constituídos apenas por pagamentos de principal e juros, quanto para a venda.

Modelo de Negócio 3: Outros modelos de negócios.

Valor Justo no Resultado: utilizada para ativos financeiros que não atendem os critérios descritos acima.

A classificação em cada uma das categorias de mensuração depende da avaliação do modelo de negócios para cada ativo financeiro, bem como das características dos seus fluxos de caixa contratuais (Somente Pagamento de Principal e Juros – Teste SPPJ).

Para determinar o modelo de negócios, a Cooperativa avalia a estratégia de obtenção de resultados financeiros, ou seja, pelo: i) recebimento de fluxos de caixa de principal e juros; ii) pela venda, ou por; iii) ambos. Para isso, leva em consideração, entre outros, as seguintes evidências: – os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócio; – como os gestores do negócio são remunerados; – e como o desempenho do modelo de negócios é avaliado e reportado à Administração.

A avaliação das características dos fluxos de caixa é feita por meio de aplicação do teste SPPJ a fim de avaliar se os fluxos de caixa contratuais constituem apenas pagamento de principal e juros. Para atender esse conceito os fluxos de caixa devem incluir contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e risco de crédito. Se esse conceito não for atendido, o ativo financeiro é classificado ao Valor Justo por meio do Resultado.

A Cooperativa não faz uso da opção irrevogável, aplicável a ativos e passivos financeiros, de mensuração ao valor justo no reconhecimento inicial, para os ativos financeiros, quando essa designação resulta em informação mais relevante para a entidade, porque elimina ou reduz significativamente uma inconsistência na mensuração ou no reconhecimento que de outra forma resultaria da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento de ganhos e perdas sobre eles em diferentes bases.

II. Mensuração dos instrumentos financeiros

A mensuração dos ativos e passivos financeiros dependem da categoria de mensuração onde foram classificados, a saber:

Custo amortizado: os ativos e passivos financeiros nesta categoria são inicialmente reconhecidos pelo seu valor justo, acrescidos dos custos de transação. Subsequentemente são mensurados ao custo amortizado, acrescidos das atualizações efetuadas utilizando a taxa efetiva de juros. Os ganhos dos ativos financeiros desta categoria são reconhecidos na rubrica “Receitas de juros”, enquanto as despesas de juros dos passivos financeiros são reconhecidas na rubrica “Despesas de juros”, ao longo do prazo do respectivo contrato.

Ao valor justo em outros resultados abrangentes: os ativos financeiros nesta categoria são inicialmente reconhecidos pelo seu valor justo, sendo os respectivos custos de transação reconhecidos como despesa. Subsequentemente são mensurados pelo valor justo, sendo os ganhos ou perdas provenientes de alterações no valor justo reconhecidos diretamente em rubrica específica do patrimônio líquido intitulada “Ajuste de avaliação patrimonial”, até que o ativo financeiro seja baixado. Quando da realização de baixa do ativo, os ganhos ou perdas acumulados na rubrica específica do patrimônio líquido são transferidos para o resultado do período. Os juros de ativos financeiros classificados nesta categoria são reconhecidos no resultado do exercício na rubrica “Receitas de juros”. Os juros desses ativos financeiros são calculados com base na aplicação do método da taxa efetiva de juros.

Ao valor justo por meio do resultado e designados ao valor justo no reconhecimento inicial: são inicialmente reconhecidos pelo seu valor justo, sendo os respectivos custos de transação reconhecidos como despesa. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo desses ativos e passivos financeiros são apresentados na demonstração consolidada do resultado na rubrica “Resultado líquido de juros”, no período em que ocorrem.

III. Hierarquia de valor justo

Os instrumentos financeiros do Sicoob serão categorizados conforme hierarquia do valor justo, descritos a seguir:

Instrumentos Financeiros – Nível 1: O valor justo dos ativos financeiros é baseado nos preços de mercado, cotados na data do balanço.

Instrumentos Financeiros – Nível 2: O valor justo dos ativos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão) é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Se todas as premissas relevantes utilizadas para determinar o valor justo desse ativo puderem ser observadas no mercado, esse estará incluído no nível 2.

Instrumentos Financeiros – Nível 3: Se uma ou mais informações relevantes não estiver baseada em dados adotados pelo mercado, o ativo estará incluído no nível 3.

IV. Baixa dos instrumentos financeiros

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos contratuais de recebimento dos fluxos de caixa provenientes destes ativos cessam ou se houver uma transferência substancial dos riscos e benefícios de propriedade do instrumento e tal transferência se qualifica para baixa.

Passivos financeiros são baixados se a obrigação for extinta contratualmente ou liquidada.

3.8 Derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são ajustados para o valor de mercado em contrapartida ao resultado do período.

As operações a termo são registradas pelo valor final contratado deduzido da diferença entre esse valor e o preço à vista do bem ou direito, sendo essa diferença reconhecida como receita ou despesa em razão do prazo de fluência dos contratos.

As operações com opções são registradas pelo valor dos prêmios pagos ou recebidos até o efetivo exercício da opção, quando então é baixado como redução, ajustado ao valor de mercado ou aumento do custo do bem ou direito, pelo efetivo exercício, ou como receita ou despesa, no caso de não exercício.

As operações de futuro são registradas pelo valor dos ajustes diários, apropriados como receita ou despesa.

As operações de "swap" são registradas pelo diferencial a receber ou a pagar, diferencial esse apropriado como receita ou despesa.

Os contratos de câmbio, anteriormente classificadas sob rubricas específicas de ativos ou passivos relacionados à moeda estrangeira, agora devem ser registradas como derivativos, conforme o Art. 2º, inciso XI, da Resolução CMN nº 4.966, de 2021, já que são instrumentos financeiros cujo valor varia em decorrência de variáveis como a taxa de câmbio, sendo que sua liquidação ocorre em data futura. Essa transição impacta diretamente a forma como essas operações são tratadas contábil e financeiramente, sendo agora mensuradas a Valor Justo no Resultado (VJR).

As operações com outros instrumentos financeiros derivativos, são registradas de acordo com as características do contrato.

3.9 Método de Taxa Efetiva de Juros

A taxa efetiva de juros é a taxa que desconta exatamente os pagamentos e recebimentos futuros em caixa ao longo da vida esperada do ativo ou passivo financeiro (ou, se apropriado, um período inferior) até atingir-se o valor de registro do ativo ou passivo financeiro.

A taxa efetiva de juros é estabelecida quando do reconhecimento inicial do ativo ou passivo financeiro.

O cálculo da taxa efetiva de juros inclui os custos de transação identificados como elegíveis, como por exemplo:

- Receita com tarifas e taxas atreladas a concessão das operações;
- Despesa com empresas especializadas (análise documental, cobrança, serviços de vistorias e avaliações);
- Despesa com comissões e portabilidade de operações.

Os custos da transação são custos incrementais diretamente atribuíveis à aquisição, emissão ou alienação de um ativo ou passivo financeiro. Conforme requisitos determinados pela Resolução BCB 352/23, a Cooperativa optou em utilizar a “metodologia diferenciada linear” para operações de crédito e com características de crédito.

O Sicoob, conforme estabelece a Resolução CMN n.º 4.966, de 2021, adotou de forma prospectiva a TJEO e passou a considerar os custos e receitas originados nas novas transações e que sejam qualificáveis para a aplicação da metodologia da taxa efetiva de juros para as novas operações, a partir de 1º de janeiro de 2025. Desta forma, estes custos e receitas foram incorporados aos saldos contábeis brutos das transações e reconhecidos no resultado.

3.10 Suspensão dos Juros (stop accrual)

De acordo com a Resolução CMN n.º 4.966, de 2021, a suspensão de juros de um contrato deve ocorrer quando o ativo for marcado com problemas de recuperação (caracterização do ativo problemático – Estágio 3), diferentemente do que estabelecia a Resolução CMN n.º 2.682, de 1999, cujo parâmetro para suspensão dos juros era apenas para as operações que apresentassem atrasos superiores a 59 (cinquenta e nove dias).

Dentre os critérios para marcação de ativo problemático, inclui-se operações com atraso superior a 90 (noventa) dias.

Conforme diretrizes constantes no Comunicado BCB nº 42.403/2024, a Instituição adotou na carteira de crédito, o ajuste da posição de suspensão de juros (stop accrual) realizado nas operações em 31 de dezembro de 2024, mas que não atendam à condição de ativos problemáticos.

3.11 Provisão para Perdas

I. Visão Geral

A Cooperativa realiza a constituição de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito pela Metodologia Completa, de acordo com os critérios da Resolução CMN nº 4.966, de 2021 e Resolução BCB nº 352/23 para: Aplicações interfinanceiras de liquidez; Títulos e valores mobiliários (mensurados a custo amortizado e “VJORA”); Operações de créditos; Outros ativos financeiros; e Exposições “off-balance” (que gerem risco de crédito).

II. Estágios

A Cooperativa aplica a abordagem de três estágios para mensurar a perda de crédito esperada, na qual os ativos financeiros migram de um estágio para outro de acordo com as mudanças no risco de crédito.

Estágio 1: refere-se aos instrumentos financeiros sem aumento significativo do risco de crédito em relação à data da origem do crédito. Para esses casos, a probabilidade de default considerada no modelo de perda estimada é calculada para os próximos 12 meses apenas.

Estágio 2: refere-se aos instrumentos financeiros com aumento significativo do risco de crédito, mas que ainda não entraram em recuperação de crédito (sem default). Para esses casos, a probabilidade de default considerada no modelo é estimada para todo o prazo contratual do instrumento financeiro (*lifetime*).

Estágio 3: refere-se a instrumentos financeiros em recuperação de crédito (em default). Para esses casos, para fins de reconhecimento de perdas é reconhecido o maior valor de perda entre:

A PE calculada com base nos dados observados estatísticos da Cooperativa; ou

O piso de Estágio 3 determinado pela Resolução BCB nº 352 de 2023 (anexo 1 da normativa – “Provisão para perdas incorridas aplicável aos ativos financeiros inadimplidos”).

III. Aumento significativo no risco de crédito

O conceito de risco de crédito da operação é baseado na probabilidade de default para sua vida toda. Originalmente quando a operação é concedida pela Cooperativa é registrada em estágio 1 e, posteriormente, a cada data base, a Instituição avalia se o ativo apresentou aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial.

Em caso positivo, esta operação deve passar a ser considerada em estágio 2, ou ainda se o ativo, além de apresentar aumento significativo no risco de crédito, demonstrar evidência objetiva de recuperação de crédito, será alocado em estágio 3. Por fim, se a operação, além de apresentar a evidência de recuperação de crédito, tiver estimativas insignificantes de recuperação, esta deve ser baixada para prejuízo.

As definições de aumento significativo e evidência de ativo problemático, são baseadas não apenas em aspectos qualitativos e prospectivos (projeções de modelos de probabilidade de default), mas também no atraso efetivo do ativo financeiro.

Os ativos que devem ser considerados como estágio 2 são aqueles com aumento significativo do risco de crédito desde o reconhecimento inicial, tendo como premissa refutável o atraso em 30 dias (limitado a 60 dias).

Em estágio 3 devem ser todos os contratos que têm evidência de problema de recuperação de crédito. Essencialmente, a marcação de ativo problemático é dada quando um contrato atinge atraso de pagamento da dívida acima de 90 dias em atraso, marcação de reestruturação ou quando o cliente possui características que evidencie dificuldade de pagamento como quando ele está em situação de recuperação judicial.

IV. Cálculo da perda esperada

O cálculo da perda esperada visa gerar a expectativa das perdas em crédito ao longo de um dado horizonte de tempo, e engloba a avaliação de três parâmetros:

Probabilidade de default – PD: A PD é a probabilidade futura de um ativo entrar em inadimplemento em uma janela de tempo determinada;

Perda dada ao default – LGD: A LGD é o percentual esperado de perda de um cliente dado o default. É um componente importante para a modelagem do risco de crédito da Cooperativa para que consiga através de modelos mensurar qual é a probabilidade esperada de perda dada a contratação/renovação de contratos e clientes, podendo estender análises específicas para os diferentes tipos de garantias, percentual de cobertura das garantias, entre outras informações do cliente.

Exposição ao default – EAD: É a exposição na data da inadimplência.

Adicionalmente, a Resolução CMN nº 4.966 de 2021, determina que todos os modelos tenham inclusão de variáveis preditivas de fatores macroeconômicos para proporcionar uma visão do risco à exposição dos fatores exógenos, preparar e antecipar as instituições na avaliação de impactos em eventos extremos (cenários sob estresses). Em outras palavras, as variáveis forward looking funcionam como uma calibragem dos modelos sob efeitos macroeconômicos ou política de crédito.

3.12 Ativos Financeiro com Problema de Recuperação de Crédito

O ativo financeiro é caracterizado como “Ativo Problemático” quando:

- Ocorrer atraso superior a 90 (noventa) dias no pagamento de principal e encargos;
- Se houver algum indicativo de que a respectiva obrigação não será integralmente honrada nas condições pactuadas, sem que seja necessário recorrer a garantias ou a colaterais;
- Todas as operações enquadradas como reestruturadas;

É considerado reestruturação uma renegociação que implique a concessão de vantagens à contraparte em decorrência da deterioração da sua qualidade creditícia ou da qualidade creditícia do interveniente ou do instrumento mitigador.

Quando um instrumento financeiro é caracterizado como ativo com problema de recuperação de crédito, as operações de uma mesma contraparte ou de contrapartes conectadas, são arrastados (na data-base do balancete relativo ao mês em que ocorreu a caracterização) para Estágio 3.

Poderá não ocorrer o efeito arrasto nas ocasiões em que a Instituição apresentar os seguintes critérios:

- Operações cujo gerenciamento do risco de crédito é realizado de forma massificada;
- Instrumento financeiro que, em virtude de sua natureza ou de sua finalidade, apresente risco de crédito significativamente inferior ao instrumento da mesma contraparte caracterizado como ativo com problema de recuperação de crédito.

A partir do momento da caracterização como ativo problemático, as receitas ainda não recebidas são suspensas, sendo apropriadas no resultado quando do seu efetivo recebimento.

Considera-se que o ativo financeiro deixará de ser classificado como problemático quando são observadas evidências de melhora na capacidade de pagamento da contraparte. Especificamente, considera-se que o ativo financeiro deixará de ser classificado como problemático após a realização de pagamentos consecutivos, sem atrasos, até que seja atingido um percentual mínimo do saldo devedor, conforme critérios internos definidos com base nas diretrizes da Resolução CMN nº 4.966/2021.

Essa reclassificação é condicionada à ausência de parcelas vencidas, ao cumprimento das obrigações contratuais e à evidência de que a obrigação será integralmente honrada nas condições originalmente pactuadas ou renegociadas, sem dependência da execução de garantias ou colaterais.

Os ativos financeiros são baixados do balanço patrimonial quando não há expectativa razoável de recuperação de seu valor, total ou parcial. Essa baixa decorre do reconhecimento de perdas esperadas associadas ao risco de crédito, conforme previsto no artigo 49 da Resolução CMN nº 4.966/2021.

A avaliação da necessidade de baixa considera evidências objetivas de perda, incluindo, mas não se limitando a: inadimplência prolongada ou ausência de perspectivas de recuperação após esgotadas as medidas de cobrança e recuperação, inclusive aquelas envolvendo garantias e colaterais.

A instituição adota integralmente os critérios estabelecidos no § 4º do artigo 3º da Resolução CMN nº 4.966/2021 para a reclassificação de ativos financeiros anteriormente identificados como com problema de recuperação de crédito.

Para que um ativo deixe de ser enquadrado nessa condição, devem ser atendidos, de forma cumulativa, os seguintes requisitos:

- Inexistência de parcelas vencidas, inclusive encargos;
- Manutenção de pagamentos pontuais do principal e encargos por período suficiente para evidenciar melhora significativa na capacidade financeira da contraparte;

- Cumprimento das demais obrigações contratuais pelo mesmo período;
- Existência de evidências de que a obrigação será integralmente honrada nas condições originalmente pactuadas ou renegociadas, sem a necessidade de execução de garantias ou colaterais.
- A aplicação desses critérios visa assegurar que a reclassificação reflita de forma fidedigna a real capacidade de recuperação do crédito pela instituição, em consonância com as melhores práticas.

3.13 Operações de Crédito Cedidas

As cessões de crédito com retenção substancial de riscos e benefícios passam a ter os seus resultados reconhecidos pelo prazo remanescente das operações. Os ativos financeiros objetos da cessão permanecem registrados como operações de crédito e o valor recebido como obrigações por operações de venda ou de transferência de ativos financeiros.

3.14 Ativos não financeiros mantidos para venda – Recebidos

São os bens de propriedade da Cooperativa não utilizados no desempenho da atividade social, tais como veículos, imóveis e intangíveis, de acordo com os termos da Resolução CMN nº 4.747/1919, recebidos para liquidação parcial ou total de operações de crédito de difícil ou duvidosa solução.

O método de mensuração e os procedimentos para ajuste anual do valor contábil são revistos no encerramento de cada exercício de acordo com os critérios definidos pelo CPC 46 – Mensuração do Valor Justo, o qual foi aprovado pela Resolução CMN nº 4.924/2021.

Para o reconhecimento dos ativos não financeiros mantidos para venda, considera-se a data de entrada desses ativos na Cooperativa. Assim, se o período em que os ativos não financeiros permanecem na Cooperativa ultrapassar um ano, eles são reclassificados para o grupamento contábil do ativo não circulante realizável a longo prazo.

3.15 Depósitos em Garantia

Existem situações em que a Cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações em que figura como polo passivo. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

3.16 Imobilizado de Uso

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos e benfeitorias em imóveis de terceiros são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. Nos termos da Resolução CMN nº 4.535, de 2016, as depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado dos bens.

3.17 Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade, deduzidos da amortização acumulada. Nos termos da Resolução CMN nº 4.534, de 2016, as amortizações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado dos bens.

3.18 Ativos Contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações financeiras.

3.19 Obrigações por Empréstimos e Repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*"pro rata temporis"*), assim como das despesas a apropriar referentes aos encargos contratados até o fim do contrato, quando calculáveis.

3.20 Depósitos e Recursos de Aceite e Emissão de Títulos

Os depósitos e os recursos de aceite e emissão de títulos são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicáveis, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base *"pro rata die"*.

3.21 Outros Ativos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço.

3.22 Outros Passivos

Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridos.

3.23 Provisões

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, e dos passivos contingentes são efetuados de acordo com a Resolução CMN 3.823, de 2009, que determina a observância do Pronunciamento Técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), por parte das Instituições Financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

As Provisões são reconhecidas quando a Cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar essa obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

As provisões para Demandas Judiciais são reconhecidas contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para a liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações financeiras, e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

As Obrigações Legais são aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou um outro instrumento fundamentado em lei, que a Cooperativa tem por diretriz.

3.24 Tributos

Em cumprimento ao art. 87 da Lei nº 5.764/1971, os rendimentos auferidos através de serviços prestados a não associados são submetidos à tributação dos impostos que lhes cabem, sendo eles, a depender da natureza do serviço, Imposto de Renda (IRPJ), Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL), Programa de Integração Social (PIS), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN).

O IRPJ e a CSLL têm incidência sobre os atos não cooperativos, situação prevista no caput do art. 194 do Decreto 9.580/2018 (RIR2018), nas alíquotas de 15%, acrescida de adicional de 10%, para o IRPJ e 15% para a CSLL. Ambas as alíquotas incidem sobre o lucro líquido, após os devidos ajustes e compensações de prejuízos.

Ainda no âmbito federal, as cooperativas contribuem com o PIS à alíquota de 0,65% e COFINS à alíquota de 4%, incidentes sobre as receitas auferidas com não associados, após deduções legais previstas na legislação tributária.

As alíquotas dos impostos federais correspondem às regras fiscais determinadas pelo poder Legislativo para o Lucro Real, regime de tributação adotado pelas cooperativas do Sicoob.

O ISSQN é aplicado sobre as receitas auferidas com serviços específicos, sendo recolhido mediante a aplicação de alíquota definida pelo município sede do Ponto de Atendimento (PA) que tenha prestado o serviço à não associado.

O resultado apurado nas operações realizadas com associados não está sujeito à tributação, conforme o regime jurídico das sociedades cooperativas.

3.25 Segregação em Circulante e Não Circulante

No Balanço Patrimonial, os ativos e passivos são apresentados por ordem de liquidez. Em Notas Explicativas, os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a doze meses após a data-base do balanço estão classificados no curto prazo (circulante), e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

3.26 Valor Recuperável de Ativos – Impairment

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo – exceto outros valores e bens – for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por “*impairment*”, quando aplicáveis, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

3.27 Partes Relacionadas

São consideradas partes relacionadas as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da Cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas, bem como entidades que participam do mesmo grupo econômico ou que são coligadas, controladas ou controladas em conjunto pela entidade que está elaborando seus demonstrativos financeiros, conforme CPC 05 (R1) – Divulgação sobre Partes Relacionadas (Comitê de Pronunciamentos Contábeis, em 7/10/2010).

Dessa forma, para fins de elaboração e divulgação das demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas, não são consideradas partes relacionadas os membros do Conselho Fiscal.

3.28 Resultados Recorrentes e Não Recorrentes

Como definido pela Resolução BCB nº 2/2020, os resultados recorrentes são aqueles que estão relacionados com as atividades características da Cooperativa ocorridas com frequência no presente e previstas para ocorrer no futuro, enquanto os resultados não recorrentes são aqueles decorrentes de um evento extraordinário e/ou imprevisível, com a tendência de não se repetir no futuro.

3.29 Eventos Subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras; e
- Eventos que não originam ajustes: evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2025.

4. Reconciliação de Saldos Patrimoniais Comparativos em 1º de janeiro de 2025

A Cooperativa optou pela dispensa prevista pela Resolução CMN nº 4.966, de 2021 de não reapresentar informações comparativas de períodos anteriores decorrentes das alterações na classificação e mensuração de instrumentos financeiros (incluindo perdas de crédito esperadas). As diferenças nos saldos contábeis de ativos e passivos financeiros resultantes da adoção da norma foram reconhecidas no patrimônio líquido dentro de sobras ou perdas acumuladas a partir de 1º de janeiro de 2025.

a) Reconciliação do patrimônio líquido na transição para Resolução CMN nº 4.966, de 2021.

Descrição	Valor Contábil
Patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2024	257.899
Perda esperada de crédito para operações de crédito	(4.810)
Perda esperada de crédito esperada para demais ativos financeiros	105
Efeito no Patrimônio líquido conforme a Res. CMN 4.966, de 2021 em 1 de janeiro de 2025	(4.705)
Patrimônio líquido conforme a Resolução CMN 4.966, de 2021 em 1 de janeiro de 2025	253.194

b) Estão apresentados a seguir, os saldos de reconciliação com os impactos introduzidos pela Resolução CMN nº 4.966, de 2021.**– Ativos Financeiros:**

Nomenclatura em 31/12/2024	Ativo Financeiro	Saldo em 31/12/2024	Remensurações/ Reclassificações (1)	Saldo em 01/01/2025	Nova classificação de acordo com a Resolução CMN 4.966, de 2021
Aplicação Interfinanceira de Liquidez	Aplicação Interfinanceira de Liquidez	11.671	-	11.671	VJR
Títulos e Valores Mobiliários e Derivativos	Títulos e Valores Mobiliários e Derivativos	44.487	-	44.487	VJR
Relações Interfinanceiras	Relações Interfinanceiras e Interdependências	775.643	-	775.643	CA
	Operações de Crédito	845.460	105	845.565	CA

Nomenclatura em 31/12/2024	Ativo Financeiro	Saldo em 31/12/2024	Remensurações/Reclassificações (1)	Saldo em 01/01/2025	Nova classificação de acordo com a Resolução CMN 4.966, de 2021
Operações de Crédito	Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	(71.630)	(7.695)	(79.325)	CA
Outros Créditos	Créditos por Avais e Fianças Horados	6.628	-	6.628	CA
	Provisão para perdas esperadas	(5.283)	19	(5.264)	CA
	Outras Operações com Características de Concessão de Crédito	8	-	8	CA
	CPRF	29.048	-	29.048	CA
	Provisão para perdas esperadas	(1.574)	284	(1.290)	CA
Demais Ativos	Outros Ativos	57.332	-	57.332	CA
Total Ativos		1.691.790	(7.287)	1.684.503	

- Passivos Financeiros:

Nomenclatura em 31/12/2024	Passivo Financeiro	Saldo em 31/12/2024	Remensurações/Reclassificações (1)	Saldo em 01/01/2025	Nova classificação de acordo com a Resolução CMN 4.966, de 2021
Depósitos e Demais Instrumentos Financeiros	Depósitos	1.264.752	-	1.264.752	CA
	Recursos de Letras Imobiliárias, Hipot., Créd. e Similares	61.813	-	61.813	CA
	Relações Interfinanceiras	67.456	-	67.456	CA
Provisões E Outras Obrigações Com Instrumentos Financeiros	Provisões E Outras Obrigações Com Instrumentos Financeiros	6.538	(2.582)	3.956	CA
Demais Passivos	Outros Passivos Financeiros	33.332	-	33.332	CA
Total Passivos		1.433.891	(2.582)	1.397.977	

(1) Referem-se às perdas de crédito esperadas e aos ajustes para mensuração a valor justo de ativos financeiros reclassificados entre categorias contábeis, conforme os critérios estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.966, de 2021.

5. Caixa e Equivalente de Caixa

Corresponde à saldo em caixa e depósitos bancários e Aplicações Interfinanceiras de Liquidez e Títulos e Valores Mobiliários de Alta Liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites e, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias a contar da data de fechamento do balanço.

31/12/2025			
Descrição	Valor contábil bruto	Perda Esperada	Saldo Líquido
Disponibilidades (a)	26.469	-	26.469
Caixa	26.469	-	26.469
Relações Interfinanceiras – Centralização Financeira (b)	1.025.847	-	1.025.847
Centralização Financeira	1.025.847	-	1.025.847
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos (c)	116.504	-	116.504
Títulos e Valores Mobiliários	116.504	-	116.504
Saldo Caixa e Equivalente de Caixa	1.168.820	-	1.168.820

(a) Referem-se as operações com disponibilidade imediata ou cujo vencimento na data da efetiva aplicação foi igual ou inferior a 90 dias e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo.

(b) Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, depositadas junto ao SICOOB CENTRAL ES conforme prescreve o art. 24, da Resolução CMN nº 4.434/15.

(c) Referem-se a operações com prazo original igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

6. Instrumentos Financeiros

6.1- Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado

Refere-se às disponibilidades de recursos depositados no Sicoob Central ES, que aplica estes valores de forma centralizada, obtendo assim remuneração, onde mensalmente o resultado destas aplicações é recebido e reconhecido pela cooperativa.

6.1.1- Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

Abaixo, composição dos ativos financeiros mensurados ao valor justo em outros resultados abrangentes:

Tipo	Circulante	Não Circulante	31/12/2025
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5.291	-	5.291

6.1.2 Composição dos Ativos Financeiros por Faixa de Vencimento – Custo Amortizado

Descrição	31/12/2025		
	Valor contábil	Perda Esperada	Saldo Líquido
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez – Custo Amortizado	5.291	-	5.291
Demais Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	5.291	-	5.291
Total Geral – Custo Amortizado	5.291	-	5.291

6.1.3- Relações Interfinanceiras

Descrição	31/12/2025
Centralização Financeira – Cooperativas	1.085.635
Total	1.085.635

6.1.4 – Ingressos de Depósitos Intercooperativos

As receitas recebidas dessa transação da centralização financeira resultaram no montante descrito conforme quadro abaixo

Descrição	2º Semestre 2025	31/12/2025
Ingressos de Depósitos Intercooperativos	70.036	121.891
Total	70.036	121.891

6.2. Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo em Outros Resultados Abrangentes

Abaixo, composição dos ativos financeiros mensurados ao valor justo em outros resultados abrangentes:

Descrição	31/12/2025		
	Valor contábil	Perda Esperada	Saldo Líquido
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez – VJORA	13.318	-	13.318
Demais Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	13.318	-	13.318
Total Geral – VJORA	13.318	-	13.318

Aplicação de garantia junto ao Banco Sicoob concessão de financiamentos a Cooperados.

6.2.1 Composição dos Ativos Financeiros por Faixa de Vencimento – VJORA

Tipo	Até 90	De 91 a 360	Acima de 360	31/12/2025
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	-	-	13.318	13.318
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	-	-	13.318	13.318
TOTAL	-	-	13.318	13.318

6.3 Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por meio do Resultado

Abaixo, composição dos ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado:

Descrição	31/12/2025		
	Valor contábil	Perda Esperada	Saldo Líquido
Títulos e Valores Mobiliários - VJR	170.824	-	170.824
Cotas de Fundo	116.504	-	116.504
Participações de Cooperativas (i)	54.320	-	54.320

Os ativos financeiros demonstrados na tabela acima, estão classificados a valor justo por meio do resultado em decorrência de falharem no teste de SPPJ.

(i) Referem-se a saldos de participações de cooperativas em entidades avaliadas pelo custo de aquisição que compõe o saldo do grupo de Títulos e Valores Mobiliários (TVM), conforme estabelecido na Resolução CMN nº 4.817/2020 e na Instrução Normativa BCB nº 269 de 01/04/2022.

Na Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFC a apresentação das variações desses ativos foi mantida no fluxo das “Atividades de Investimento”, tendo em vista que a reclassificação realizada pelo Banco central do Brasil não alterou a essência dessas participações, que permanecem sendo ativos de longo prazo conforme item 16.a do CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa.

6.3.1 Composição dos Ativos Financeiros por Faixa de Vencimento – VJR

Tipo	Até 90	De 91 a 360	Acima de 360	31/12/2025
Títulos e Valores Mobiliários	116.504	-	-	116.504
Títulos e Valores Mobiliários	116.504	-	-	116.504
Participações de Cooperativas	-	-	54.320	54.320
Participação Em Cooperativa Central De Crédito – Sicoob Central ES (I)	-	-	35.107	35.107
Participação Em Instituição Financeira Controlada Por Cooperativa De Crédito – Banco Sicoob (II)	-	-	19.213	19.213
TOTAL	116.504	-	54.320	170.824

(I) A participação junto ao Sicoob Central ES gerou o montante de sobras recebidas no exercício de 2025 no valor de R\$ 3.174 mil.

(II) A participação junto ao Banco Sicoob gerou o montante de dividendos no exercício de 2025 de R\$ 2.287 mil.

7. Operações de Crédito, Outras Operações com Características de Concessão de Crédito

7.1. Composição da Carteira de Operações de Crédito Mensurados ao Custo Amortizado

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Modalidade	Circulante	Não Circulante	Total em 31/12/2025
Adiantamento a Depositante	448	-	448
Empréstimos/Cheque Especial	335.764	311.144	646.908

Modalidade	Circulante	Não Circulante	Total em 31/12/2025
Títulos Descontados	19.585	-	19.585
Financiamentos	60.960	93.668	154.628
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	27.118	72.093	99.211
Total das Operações Crédito	443.875	476.905	920.780

b) Composição por tipo de operação e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 4.966/2021:

Carteira	Curso da Operação	Adiantamento a Dep.	Empréstimos./ Ch. Especial	Direitos Creditórios Descontados	Financiamentos	Financiamentos Rurais	Saldo em 31/12/2025	Provisões 31/12/2025
C1	Não Problemáticos	-	53.137	-	983	815	54.935	(118)
C1	Problemáticos Adimplidos	-	85	-	748	-	833	(295)
C1	Problemáticos Inadimplidos	-	3.573	-	-	-	3.573	(1.265)
C2	Não Problemáticos	-	249.955	-	109.585	8.259	367.799	(9.428)
C2	Problemáticos Adimplidos	-	19.437	-	2.479	278	22.194	(12.627)
C2	Problemáticos Inadimplidos	-	13.867	-	1.716	-	15.583	(11.686)
C3	Não Problemáticos	-	199.734	19.384	38.452	87.784	345.354	(6.593)
C3	Problemáticos Adimplidos	-	6.633	83	185	738	7.639	(5.457)
C3	Problemáticos Inadimplidos	-	40.721	118	480	499	41.818	(35.673)
C4	Não Problemáticos	-	7.000	-	-	350	7.350	(464)
C4	Problemáticos Adimplidos	-	120	-	-	-	120	(90)
C4	Problemáticos Inadimplidos	-	1.068	-	-	-	1.068	(924)
C5	Não Problemáticos	26	38.648	-	-	488	39.162	(1.457)
C5	Problemáticos Adimplidos	19	4.326	-	-	-	4.345	(2.983)
Não Problemáticos		26	548.474	19.384	149.020	97.696	814.600	(18.060)
Problemáticos Adimplidos		19	30.601	83	3.412	1.016	35.131	(21.452)
Problemáticos Inadimplidos		403	67.833	118	2.196	499	71.049	(57.173)
Total Operações de Crédito		448	646.908	19.585	154.628	99.211	920.780	(96.685)

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento (diário):

Descrição	Até 90	De 91 até 360	Acima de 360	Total
Adiantamento a Depositante	448	-	-	448
Cheque Especial / Conta garantida	20.802	-	-	20.802
Empréstimos	102.380	212.582	311.144	626.106
Títulos Descontados	17.991	1.594	-	19.585
Financiamentos	17.021	43.939	93.668	154.628
Financiamentos Rurais	6.669	20.449	72.093	99.211
TOTAL	165.311	278.564	476.905	920.780

d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

Descrição	Empréstimos/TD	Financiamentos	Financiamentos Rurais	31/12/2025	% da Carteira
Setor Privado – Comércio	267.915	23.818	-	291.733	31,66%
Setor Privado – Indústria	32.957	5.381	486	38.823	4,21%
Setor Privado – Serviços	290.725	84.938	-	375.663	40,77%
Pessoa Física	75.508	40.590	98.725	214.822	23,31%
Outros	271	131	-	403	0,04%
TOTAL	667.376	154.858	99.210	921.444	100,00%

De acordo com a Resolução CMN n.º 4.966/2021, foi implementada de forma prospectiva a TJEO, passando a incluir os custos e receitas gerados pelas novas transações que atendem aos critérios para aplicação da metodologia da taxa efetiva de juros, a partir de 1º de janeiro de 2025. Assim, esses custos e receitas foram adicionados aos saldos contábeis brutos das transações e registrados no resultado que totalizaram R\$ 664 mil.

e) Concentração dos Principais Devedores

Descrição	31/12/2025	% Carteira Total
Maior Devedor	31.392	3%
10 Maiores Devedores	147.500	15%
50 Maiores Devedores	298.337	31%

Compõe o saldo da concentração de devedores as operações de crédito e as operações de outros créditos. Não estão contemplados no saldo os valores de encargos financeiros gerados pela utilização de limites de cheque especial.

f) Movimentação de créditos baixados como prejuízo:

Descrição	31/12/2025
Saldo inicial	80.870
Valor das operações transferidas no período	37.656
Valor das operações recuperadas no período	(5.650)
Valor dos descontos concedidos nas operações recuperadas	(1.080)
TOTAL	111.796

g) Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito:

Curso da Operação	Adiantamento a Depositantes/ Cheque Especial	Empréstimos	Direitos Creditórios Descontados	Financiamentos	Financiamentos Rurais	Saldo em 31/12/2025
Não Problemáticos	(6)	(14.621)	(55)	(2.713)	(664)	(18.059)
Problemáticos Adimplidos	(10)	(19.203)	(32)	(1.770)	(438)	(21.453)
Problemáticos Inadimplidos	(335)	(54.712)	(82)	(1.614)	(430)	(57.173)
Total Provisão	(351)	(88.536)	(169)	(6.097)	(1.532)	(96.685)

As despesas de provisão para créditos de liquidação duvidosa são determinadas pela variação dos saldos de provisão para tais créditos, de acordo com a Resolução **4.966 do Conselho Monetário Nacional de 25 de novembro de 2021**, levando em consideração a classificação de risco das operações de crédito concedidas. Estas variações ocorrem em virtude do plano de pagamento e na concessão de novas operações de crédito.

h) Distribuição da Carteira de Crédito pelos Respectivos Grupos Homogêneos e Classificações em Estágios

Descrição	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total 31/12/2025
Adiantamentos a Depositantes	-	26	422	448
Direitos Creditórios Descontados	19.218	166	201	19.585
Empréstimos	531.937	16.536	98.435	646.908
Financiamentos	145.421	3.599	5.608	154.628
Financiamentos Rurais	96.702	994	1.515	99.211
Total	793.278	21.321	106.181	920.780

i) Migração de Estágios da Carteira

Movimentação Carteira						
Estágio 1						
Descrição	Adiantamentos a Depositantes	Direitos Creditórios Descontados	Empréstimos	Financiamentos	Financiamentos Rurais	Total
Saldo Inicial	-	22.830	468.432	156.218	66.031	713.511
(-) Transferido para Estágio 1	-	-	-	-	-	-
(-) Transferido para Estágio 2	-	-	(7.732)	(2.399)	(633)	(10.764)
(-) Transferido para Estágio 3	-	(97)	(35.560)	(3.706)	(595)	(39.958)
(+) Transferido do Estágio 1	-	-	-	-	-	-
(+) Transferido do Estágio 2	-	-	8.611	17	13	8.641
(+) Transferido do Estágio 3	-	-	159	-	-	159
(+) Aquisição	-	19.218	303.714	57.894	49.358	430.184
(+) Apropriação de Juros	-	8	10.647	404	1.374	12.433
(-) Liquidação	-	(22.741)	(107.486)	(22.647)	(12.630)	(165.504)
(-) Liquidação Parcial	-	-	(108.392)	(40.344)	(6.217)	(154.953)
(-) Baixa para prejuízo	-	-	(455)	(16)	-	(471)
Saldo Final	-	19.218	531.938	145.421	96.701	793.278
Estágio 2						
Descrição	Adiantamentos a Depositantes	Direitos Creditórios Descontados	Empréstimos	Financiamentos	Financiamentos Rurais	Total
Saldo Inicial	226	521	67.296	3.269	1.688	73.000
(-) Transferido para Estágio 1	-	-	(8.611)	(17)	(13)	(8.641)
(-) Transferido para Estágio 2	-	-	-	-	-	-
(-) Transferido para Estágio 3	(60)	-	(15.577)	(859)	(202)	(16.698)
(+) Transferido do Estágio 1	-	-	7.732	2.399	633	10.764
(+) Transferido do Estágio 2	-	-	-	-	-	-
(+) Transferido do Estágio 3	-	-	313	37	-	350
(+) Aquisição	24	166	6.050	771	-	7.011
(+) Apropriação de Juros	33	-	692	2	5	732

Movimentação Carteira						
(-) Liquidação	(169)	(500)	(22.515)	(910)	(1.034)	(25.128)
(-) Liquidação Parcial	(30)	-	(8.203)	(661)	(83)	(8.977)
(-) Baixa para prejuízo	-	(20)	(10.641)	(431)	-	(11.092)
Saldo Final	24	167	16.536	3.600	994	21.321
Estágio 3						
Descrição	Adiantamentos a Depositantes	Direitos Creditórios Descontados	Empréstimos	Financiamentos	Financiamentos Rurais	Total
Saldo Inicial	510	391	53.960	2.636	1.451	58.948
(-) Transferido para Estágio 1	-	-	(159)	-	-	(159)
(-) Transferido para Estágio 2	-	-	(313)	(37)	-	(350)
(-) Transferido para Estágio 3	-	-	-	-	-	-
(+) Transferido do Estágio 1	-	97	35.560	3.706	595	39.958
(+) Transferido do Estágio 2	60	-	15.577	859	202	16.698
(+) Transferido do Estágio 3	-	-	-	-	-	-
(+) Aquisição	127	104	22.147	288	23	22.689
(+) Apropriação de Juros	78	-	1.019	-	1	1.098
(-) Liquidação	(284)	(238)	(9.532)	(511)	(641)	(11.206)
(-) Liquidação Parcial	(67)	-	(4.760)	(343)	(115)	(5.285)
(-) Baixa para prejuízo	-	(154)	(15.065)	(991)	-	(16.210)
Saldo Final	424	200	98.434	5.607	1.516	106.181
Total	448	19.585	646.908	154.628	99.211	920.780

7.2 Outras Operações com Características de Concessão de Crédito – Custo Amortizados

a) Composição da carteira de Outras Operações com Características de Concessão de Crédito por modalidade:

Descrição	Circulante	Não Circulante	Total em 31/12/2025
Créditos por Avais e Fianças Honrados	12.779	-	12.779
Devedores por Compra de Valores e Bens	49	126	175
CPRF – Cédula de Produto Rural	8.678	18.496	27.175
Total das Outras Operações de Crédito	21.506	18.622	40.129

O saldo de Avais e Fianças Honrados é composto, substancialmente, por operações oriundas de cartões de crédito vencidas de associados da cooperativa cedidos pelo Banco Sicoob, em virtude de coobrigação contratual.

Em Devedores por Compra de Valores e Bens estão registrados os saldos a receber de terceiros pela venda a prazo de bens próprios da Cooperativa ou de Ativos não Financeiros Mantidos para Venda – Recebidos;

Para empresas que atuam no beneficiamento e na primeira industrialização de produtos rurais, foi lançada a Linha de Crédito CPRF – PJ, que conta com isenção de IOF e tem como finalidade antecipar o faturamento de pessoas jurídicas desse segmento.

b) Composição por tipo de operação e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 4.966/2021:

Carteira	Curso da Operação	Avais e Fianças Honrados	Devedores por Compra de Valores e Bens	CPR – Cédula de Produto Rural	Saldo em 31/12/2025	Provisões em 31/12/2025
C1	Não Problemáticos	-	-	17.656	17.656	(101)
C2	Não Problemáticos	-	175	328	503	(2)
C3	Não Problemáticos	-	-	8.580	8.580	(52)
C3	Problemáticos Adimplidos	-	-	37	37	(16)
C3	Problemáticos Inadimplidos	-	-	162	162	(112)
C4	Não Problemáticos	-	-	408	408	(1)
C5	Problemáticos Adimplidos	3.134	-	-	3.134	(2.021)
C5	Problemáticos Inadimplidos	9.649	-	-	9.649	(7.566)
Não Problemáticos		-	175	26.972	27.147	(156)
Problemáticos Adimplidos		3.134	-	37	3.171	(2.037)
Problemáticos Inadimplidos		9.649	-	162	9.811	(7.678)
TOTAL GERAL		12.783	175	27.171	40.129	(9.871)

c) Provisões para Perdas Associadas ao Risco de Crédito relativas a Outras Operações com Características de Concessão de Crédito, por tipo de operação e classificação de nível de risco:

Curso da Operação	Avais e Fianças Honrados	Devedores Por Compra De Valores E Bens	CPR – Cédula De Produto Rural	30/06/2025
Não Problemáticos	-	(1)	(155)	(156)
Problemáticos Adimplidos	(2.021)	-	(16)	(2.037)
Problemáticos Inadimplidos	(7.566)	-	(112)	(7.678)
TOTAL GERAL PROVISÃO	(9.587)	(1)	(283)	(9.871)

d) Distribuição da Carteira de Crédito pelos Respectivos Grupos Homogêneos e Classificações em Estágios

Descrição	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total 31/12/2025
Outras Operações com Característica de Concessão de Crédito	175	-	12.783	12.958
CPR – Cédula De Produto Rural	26.973	-	198	27.171
Total	27.147	-	12.981	40.129

e) Migração de Estágios da Carteira

Movimentação Carteira			
Estágio 1			
Descrição	Outras Operações com Característica de Concessão de Crédito	Títulos com Característica de Concessão de Crédito (CPR-F)	Total
Saldo Inicial	8	27.980	27.988
(-) Transferido para Estágio 1	-	-	-
(-) Transferido para Estágio 2	-	-	-
(-) Transferido para Estágio 3	-	(134)	(134)
(+) Transferido do Estágio 1	-	-	-

Movimentação Carteira			
(+) Transferido do Estágio 2	-	-	-
(+) Transferido do Estágio 3	-	-	-
(+) Aquisição	170	5.750	5.920
(+) Apropriação de Juros	-	10	10
(-) Liquidação	-	(981)	(981)
(-) Liquidação Parcial	(3)	(5.653)	(5.656)
(-) Baixa para prejuízo	-	-	-
Saldo Final	175	26.972	27.147
Estágio 2			
Descrição	Outras Operações com Característica de Concessão de Crédito	Títulos com Característica de Concessão de Crédito (CPR-F)	Total
Saldo Inicial	-	37	37
(-) Transferido para Estágio 1	-	-	-
(-) Transferido para Estágio 2	-	-	-
(-) Transferido para Estágio 3	-	-	-
(+) Transferido do Estágio 1	-	-	-
(+) Transferido do Estágio 2	-	-	-
(+) Transferido do Estágio 3	-	-	-
(+) Aquisição	-	-	-
(+) Apropriação de Juros	-	-	-
(-) Liquidação	-	(37)	(37)
(-) Liquidação Parcial	-	-	-
(-) Baixa para prejuízo	-	-	-
Saldo Final	-	-	-
Estágio 3			
Descrição	Outras Operações com Característica de Concessão de Crédito	Títulos com Característica de Concessão de Crédito (CPR-F)	Total
Saldo Inicial	6.628	1.031	7.659
(-) Transferido para Estágio 1	-	-	-
(-) Transferido para Estágio 2	-	-	-
(-) Transferido para Estágio 3	-	-	-
(+) Transferido do Estágio 1	-	134	134
(+) Transferido do Estágio 2	-	-	-
(+) Transferido do Estágio 3	-	-	-
(+) Aquisição	12.367	-	12.367
(+) Apropriação de Juros	4	-	4
(-) Liquidação	(1.019)	-	(1.019)
(-) Liquidação Parcial	(4)	(12)	(16)
(-) Baixa para prejuízo	(5.193)	(955)	(6.148)
Saldo Final	12.783	198	12.981
Total	12.958	27.171	40.129

7.3 Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito:

As despesas de provisão para créditos de liquidação duvidosa são determinadas pela variação dos saldos de provisão para tais créditos, de acordo com a Resolução **4.966 do Conselho Monetário Nacional de 25 de novembro de 2021**, levando em consideração a classificação de risco das operações de crédito concedidas. Estas variações ocorrem em virtude do plano de pagamento e na concessão de novas operações de crédito.

Curso da Operação	31/12/2025			
	Não Problemáticos	Problemáticos Adimplidos	Problemáticos Inadimplidos	Total de Provisão
PROVISÃO OPERAÇÕES DE CRÉDITO				
Adiantamento a Depositante/Cheque Especial	(6)	(10)	(335)	(351)

Curso da Operação	31/12/2025			
	Não Problemáticos	Problemáticos Adimplidos	Problemáticos Inadimplidos	Total de Provisão
Empréstimos/Cheque Especial	(14.621)	(19.203)	(54.712)	(88.536)
Títulos Descontados	(55)	(32)	(82)	(169)
Financiamentos	(2.713)	(1.770)	(1.614)	(6.097)
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	(664)	(438)	(430)	(1.532)
TOTAL PROV. OPERAÇÕES DE CRÉDITO	(18.059)	(21.453)	(57.173)	(96.685)
PROVISÃO OUTRAS OPERAÇÕES COM CARACT. DE CONCESSÃO DE CRÉDITO				
Avais e Fianças Honrados	-	(2.021)	(7.566)	(9.587)
Devedores por Compra de Valores e Bens	(1)	-	-	(1)
CPRF - Cédula de Produto Rural	(155)	(16)	(112)	(283)
TOTAL PROV. OUTRAS OPERAÇÕES COM CARACT. DE CONCESSÃO DE CRÉDITO	(156)	(2.037)	(7.678)	(9.871)
(-) TOTAL PROVISÕES PARA PERDAS ESPERADAS ASSOC. AO RISCO DE CRÉDITO	(18.215)	(23.490)	(64.851)	(106.556)

a) Migração de Estágios da Provisão

Movimentação Provisão da Carteira								
Estágio 1								
Descrição	Adiantam ento. a Dep.	Direitos Creditórios Descontados	Empréstimos	Financiame ntos	Financia mentos Rurais	Outras Operações com Característica de Concessão de Crédito	Títulos com Característi ca de Concessão de Crédito (CPR-F)	Total
Provisão Inicial	-	(77)	(17.619)	(2.972)	(483)	-	(284)	(21.435)
(-) Transf. para Estágio 1	-	-	-	-	-	-	-	-
(-) Transf. para Estágio 2	-	-	826	151	15	-	-	992
(-) Transf. para Estágio 3	-	1	3.280	159	16	-	4	3.460
(+) Transf. do Estágio 1	-	-	-	-	-	-	-	-
(+) Transf. do Estágio 2	-	-	(2.008)	(4)	(1)	-	-	(2.013)
(+) Transf. do Estágio 3	-	-	(160)	-	-	-	-	(160)
(+) Const. Novas Operações	-	(54)	(5.435)	(971)	(287)	(1)	(26)	(6.774)
(+) Const. Aumento de Provisão	-	-	(1.348)	(203)	(77)	-	(14)	(1.642)
(-) Reversão Total	-	77	3.202	415	70	-	7	3.771
(-) Reversão Parcial	-	-	7.020	1.212	151	-	159	8.542
(-) Baixa para pjz (Provisão)	-	-	78	1	-	-	-	79
Provisão Final	-	(53)	(12.164)	(2.212)	(596)	(1)	(154)	(15.180)
Estágio 2								

Demonstrações Contábeis | Exercício 2025

Cooperativa de Crédito Sul-Litorânea do Espírito Santo – Sicoob Sul-Litorâneo
32.474.884/0001-02



Movimentação Provisão da Carteira								
Descrição	Adiantam ento. a Dep.	Direitos Creditórios Descontados	Empréstimos	Financiame ntos	Financia mentos Rurais	Outras Operações com Característica de Concessão de Crédito	Títulos com Característi ca de Concessão de Crédito (CPR-F)	Total
Provisão Inicial	(61)	(5)	(12.698)	(429)	(120)	-	(3)	(13.316)
(-) Transf. para Estágio 1	-	-	12.402	2.251	384	-	274	15.311
(-) Transf. para Estágio 2	-	-	-	-	-	-	-	-
(-) Transf. para Estágio 3	141	127	47.471	1.959	764	4.722	1.007	56.191
(+) Transf. do Estágio 1	-	(1)	(14.339)	(2.556)	(413)	-	(278)	(17.587)
(+) Transf. do Estágio 2	-	-	-	-	-	-	-	-
(+) Transf. do Estágio 3	(127)	(126)	(36.605)	(1.619)	(734)	(4.722)	(1.003)	(44.936)
(+) Const. Novas Operações	(5)	(1)	(787)	(100)	-	-	-	(893)
(+) Const. Aumento de Provisão	-	-	(602)	(203)	(31)	-	-	(836)
(-) Reversão Total	45	4	(503)	51	73	-	3	(327)
(-) Reversão Parcial	1	-	671	90	9	-	-	771
(-) Baixa para pjz (Provisão)	-	-	2.535	55	-	-	-	2.590
Provisão Final	(6)	(2)	(2.455)	(501)	(68)	-	-	(3.032)
Estágio 3								
Descrição	Adiantam ento. a Dep.	Direitos Creditórios Descontados	Empréstimos	Financiame ntos	Financia mentos Rurais	Outras Operações com Característica de Concessão de Crédito	Títulos com Característi ca de Concessão de Crédito (CPR-F)	Total
Provisão Inicial	(342)	(336)	(41.232)	(1.932)	(1.019)	(5.264)	(1.003)	(51.128)
(-) Transf. para Estágio 1	-	-	12.402	2.251	384	-	274	15.311
(-) Transf. para Estágio 2	2	-	1.738	288	45	-	-	2.073
(-) Transf. para Estágio 3	-	-	-	-	-	-	-	-
(+) Transf. do Estágio 1	-	(1)	(14.339)	(2.556)	(413)	-	(278)	(17.587)
(+) Transf. do Estágio 2	(15)	-	(10.666)	(323)	(46)	-	-	(11.050)
(+) Transf. do Estágio 3	-	-	-	-	-	-	-	-
(+) Const. Novas Operações	(93)	(42)	(14.721)	(185)	(10)	(9.172)	-	(24.223)
(+) Const. Aumento de Provisão	(152)	(70)	(34.848)	(2.390)	(376)	(146)	(82)	(38.064)
(-) Reversão Total	215	83	(11.122)	(559)	285	(3.838)	(955)	(15.891)
(-) Reversão Parcial	40	126	23.121	1.150	282	4.454	960	30.133
(-) Baixa para pjz (Provisão)	-	126	15.750	872	-	4.379	955	22.082
Provisão Final	(345)	(114)	(73.917)	(3.384)	(868)	(9.587)	(129)	(88.344)
Total Provisão	(351)	(169)	(88.536)	(6.097)	(1.532)	(9.588)	(283)	(106.556)

8. Outros Ativos Financeiros

Em 31 de dezembro de 2025, os outros ativos financeiros, compostos por valores referentes às importâncias devidas à Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, estão assim compostos:

Descrição	31/12/2025		
	Circulante	Não Circulante	Total
Rendas a Receber(a)	15.633	-	15.633
Rendas da Centralização da Administração Financeira a Receber da Cooperativa Central	12.192	-	12.192
Rendas Serviços arrecadação de convênios	57	-	57
Outras Rendas a Receber	3.384	-	3.384
Devedores por Depósitos em Garantia (b)	-	1.711	1.711
PIS – Depósito Judicial	-	201	201
PIS Folha – Depósito Judicial	-	364	364
COFINS – Depósito Judicial	-	1.065	1.065
Interposição de Recursos Trabalhistas	-	81	81
TOTAL	15.633	1.711	17.344

(a) Em Rendas a Receber estão registrados: Rendas da Centralização Financeira a Receber da Cooperativa Central entre outras.

(b) Em Devedores por Depósitos em Garantia estão registrados os valores referentes a interposição de recursos fiscais registrados no ativo e passivo, classificados a longo prazo.

9. Ativos Fiscais, Correntes e Diferidos

Em 31 de dezembro de 2025, os ativos fiscais, correntes e diferidos estão assim compostos:

Descrição	31/12/2025		
	Circulante	Não Circulante	Total
IRPJ não compensado no próprio exercício	1.195	-	1.195
CSLL não compensado no próprio exercício	180	-	180
Valores a restituir – PERDCOMP	65	11	77
Outros Impostos e Contribuições a Compensar	3	-	3
TOTAL	1.443	11	1.454

10. Outros Ativos

Em 31 de dezembro de 2025, os outros ativos estão assim compostos:

Descrição	31/12/2025		
	Circulante	Não Circulante	Total
Adiantamentos e Antecipações Salariais	16	-	16
Adiantamentos para Pagamentos de Nossa Conta	621	-	621
Pagamentos a Ressarcir	4.359	-	4.359
Devedores Diversos – País	453	-	453
Ativos em Estoque	42	-	42
Ativos não Financ Mantidos para Venda – Recebidos (b)	328	2.310	2.638
Veículos	328	-	328
Outros Imóveis	-	2.310	2.310
(-) Prov. Desv Ativos não Finc Mantidos para Venda – Recebidos	-	(2.200)	(2.200)
(-) Outros Imóveis	-	(2.200)	(2.200)
Despesas Antecipadas (c)	104	-	104
Propaganda e Publicidade	6	-	6
Software	72	-	72
Outras Despesas Antecipadas	26	-	26
TOTAL	5.923	110	6.033

(a) Em Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda – Recebidos estão registrados os valores de bens recebidos para pagamento de operações com associados, não estando sujeitos a depreciação ou correção.

(b) Refere-se às provisões constituídas com base em laudos atualizados de avaliação dos bens registrados em “Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda – Recebidos”.

(c) Registram-se ainda no grupo, as despesas antecipadas, referentes aos prêmios de seguros, contribuição cooperativista, IPTU, entre outras.

11. Imobilizado de Uso

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo.

Em 31 de dezembro de 2025, os montantes do imobilizado de uso estão assim compostos:

31/12/2025				
Descrição	Taxa Depreciação	Custo	Depreciação Acumulada	Saldo Líquido
Imobilizado em Curso (a)		283	-	283
Terrenos		1.951	-	1.951

31/12/2025				
Descrição	Taxa Depreciação	Custo	Depreciação Acumulada	Saldo Líquido
Edificações	4%	6.700	(817)	5.883
Instalações	4-25%	10.469	(4.295)	6.174
Mobiliários	10%	2.813	(1.047)	1.766
Máquinas	10%	217	(100)	117
Aparelhos de Refrigeração	10%	1.516	(553)	963
Equipamentos de Processamento de Dados	20%	6.242	(4.334)	1.908
Alarme	10%	68	(40)	28
Cabines de Segurança	10%	310	(146)	164
Armas e Equipamentos	10%	503	(356)	147
Equipamentos de Vigilância e Segurança	10%	193	(118)	75
Equipamentos de Comunicação	10%	180	(134)	46
Veículos	20%	603	(408)	195
Total Imobilizado de Uso e Depreciação		32.048	(12.348)	19.700

(a) As imobilizações em curso serão alocadas em grupo específico após a conclusão das obras e efetivo uso, quando passarão a ser depreciadas.

A despesa com depreciação no exercício de 2025 foi de R\$ 3.265 mil.

12. Intangível

Registram-se os direitos que tenham por objeto os bens incorpóreos, destinados à manutenção da companhia, como as licenças de uso de softwares.

Em 31 de dezembro de 2025, os montantes do intangível estão assim compostos:

31/12/2025				
Descrição	Taxa Amortização	Custo	Amortização Acumulada	Saldo Líquido
Licenças e Direitos Autorais de Uso	10-20%	499	(458)	41
Total Intangível e Amortização Acumulada		499	(458)	41

A despesa com amortização no exercício de 2025 foi de R\$ 32 mil.

13. Passivos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado

São obrigações financeiras reconhecidas pelo valor originalmente recebido, posteriormente ajustado pelos encargos, juros e amortizações incorridos ao longo do tempo.

13.1 Depósitos

Em 31 de dezembro de 2025, os depósitos estão assim compostos:

Descrição	31/12/2025		
	Circulante	Não Circulante	Total
Custo Amortizado			
Depósitos à Vista	395.195	–	395.195
Depósitos Sob Aviso	658	–	658
Depósitos a Prazo	1.245.431	3.242	1.248.673
Depósitos de Poupança	59.788	–	59.788
TOTAL	1.701.072	3.242	1.704.314

a) Valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

b) Valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré-fixada. Suas remunerações pós-fixadas são calculadas com base no critério de “pro rata temporis”; as remunerações pré-fixadas são calculadas e registradas pelo valor futuro, com base no prazo final das operações, ajustadas, na data da demonstração financeiras, pelas despesas a apropriar registradas em conta redutora de depósitos a prazo.

Os depósitos mantidos na Cooperativa estão garantidos, até o limite de R\$ 250.000,00 por CPF ou CNPJ – com exceção de contas conjuntas, que têm seu valor dividido pelo número de titulares – pelo Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), que é uma reserva financeira constituída pelas Cooperativas de Crédito, regida pelo Banco Central do Brasil, conforme a determinação da Resolução CMN nº 4.933/2021. O registro do FGCoop, como regulamentado, passa a ser feito em “Dispêndios de captação no mercado”.

Descrição	31/12/2025	% Carteira Total
Maior Depositante	26.873	2%
10 Maiores Depositantes	104.458	6%
50 Maiores Depositantes	246.200	15%

13.2 Despesas com Operações de Captação de Mercado

As despesas de captação no mercado estão relacionadas principalmente aos recursos obtidos no mercado local através de Depósitos a Prazo e Depósitos Sob Aviso.

Descrição	2º Semestre 2025	31/12/2025
Despesas de Depósitos de Aviso Prévio	(48)	(94)

Descrição	2º Semestre 2025	31/12/2025
Despesas de Depósitos a Prazo	(85.790)	(149.919)
Despesas de Letras de Crédito do Agronegócio	(4.146)	(7.649)
Despesas de Letras Financeiras	(698)	(865)
Despesas de Contribuição ao Fundo Garantidor de Créditos	(1.192)	(2.245)
Despesas de Depósitos de Poupança	(389)	(389)
TOTAL	(92.263)	(161.161)

14. Recursos de Aceite e Emissão de Títulos

14.1 Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, Crédito Imobiliário e Similares

Em 31 de dezembro de 2025, estão assim compostas:

Descrição	31/12/2025		
	Circulante	Não Circulante	Total
Obrigações por Emissão de Letras de Créd. do Agronegócio – LCA (a)	56.661	-	56.661
Obrigações por Emissão de Letras Financeiras – LF (b)	12.727	-	12.727
TOTAL	69.388	-	69.388

(a) A Letra de Crédito do Agronegócio é um título de crédito nominativo, que é uma promessa de pagamento em dinheiro, emitido exclusivamente pela Cooperativa. A emissão da Letra é condicionada à existência e disponibilidade na Cooperativa de direitos e créditos relacionados com a produção, comercialização, beneficiamento ou industrialização de produtos ou insumos agropecuários ou máquinas e implementos utilizados na atividade agropecuária.

(b) A Letra Financeira – LF, é um título de renda fixa emitido por instituições financeiras com a finalidade de captar recursos de longo prazo (Resolução CMN nº 5.007/2022).

São remunerados por encargos financeiros calculados com base em percentual do CDI – Certificado de Depósitos Interbancários. Os valores apropriados em despesas podem ser consultados na nota explicativa nº 13.3 – Depósitos – Despesas com operações de captação de mercado.

15. Relações Interfinanceiras

São demonstrados pelo valor principal acrescido de encargos financeiros, e registram os recursos captados junto a outras instituições financeiras para repasse aos associados em diversas modalidades inclusive Capital de Giro. As garantias oferecidas são a caução dos títulos de créditos dos associados beneficiados.

15.1 Repasses Interfinanceiros

Descrição	31/12/2025		
	Circulante	Não Circulante	Total
Recursos do Banco Sicoob	11.080	78.629	89.709
TOTAL	11.080	78.629	89.709

Os contratos possuem taxas e vencimentos diversos.

16. Outros Passivos

16.1 Obrigações por Empréstimos e Repasses

Instituições	31/12/2025		
	Circulante	Não Circulante	Total
Cooperativa Sicoob Central ES – Rotativo	7.200	-	7.200
TOTAL	7.200	-	7.200

Os contratos possuem taxas e vencimentos diversos.

16.2 Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados

São registrados nesse grupo o valor do Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, e sobre Operações Relativas a Títulos e Valores Mobiliários, a ser recolhido de tributos de convênios Estaduais e Municipais a serem repassados.

Descrição	31/12/2025
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	
Operações de Crédito – IOF	253
Operações com Títulos e Valores Mobiliários	16
Recebimentos de Tributos Municipais	1
TOTAL	270

16.3 Obrigações Fiscais, Correntes e Diferidas

Em 31 de dezembro de 2025, os saldos de Obrigações Fiscais, Correntes e Diferidas estão assim compostos:

Descrição	31/12/2025		
	Circulante	Não Circulante	Total
Impostos e Contribuições s/ Serviços de Terceiros	169	-	169
Impostos e Contribuições sobre Salários	824	-	824
Outros	1.021	-	1.021
TOTAL	2.014	-	2.014

16.4 Outras Obrigações

Em 31 de dezembro de 2025, os saldos de outras obrigações estão assim compostos:

Descrição	31/12/2025		
	Circulante	Não Circulante	Total
Sociais e Estatutárias	15.637	-	15.637
Provisão para Participações nos Lucros (I)	4.718	-	4.718
Cotas de Capital a Pagar (II)	4.490	-	4.490
Resultado de Atos com Associados (III)	6.429	-	6.429
Obrigações de Pagamento em Nome de Terceiros (IV)	1.686	-	1.686
Recursos em Trânsito de Terceiros	65	-	65
Credores Diversos – País (V)	3.384	-	3.384
Pagamentos a Processar	2.604	-	2.604
Valores a Liquidar – Parcelas Crédito Consignado	58	-	58
Cheques Depositados	225	-	225
Credores Diversos – Liquidação de Cobrança	67	-	67
Outros	430	-	430
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos	656	-	656
TOTAL	21.428	-	21.428

- I. A Participação dos empregados nos Resultados está consubstanciada pela Lei 10.101/2000 e por convenção coletiva. A Cooperativa constituiu provisão de R\$ 4.211 mil no exercício de 2025, a título de participação dos empregados em resultado e essa, modalidade de remuneração variável não se incorpora aos salários dos empregados e está atrelada à performance da Cooperativa. A legislação determina que o pagamento seja efetuado de acordo com regras previamente estabelecidas por meio de Acordo Coletivo de Trabalho homologado junto ao sindicato da categoria e devidamente registrado no Ministério do Trabalho;
- II. Refere-se ao valor da cota-capital a ser devolvido aos associados que formalizaram pedido de desligamento do quadro social da Cooperativa.
- III. O Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos Associados, seus familiares e empregados da Cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e 7% percentual das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue a determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Atendendo à instrução do CMN, por meio da Resolução nº 4.872, de 2020, o FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para as quais se destina, ao final do exercício, há a reversão dos dispêndios de FATES para a conta de Sobras ou Perdas Acumuladas, conforme a Lei nº 5.764, de 1971.
- IV. O saldo registrado sob a rubrica "Obrigações de Pagamento em Nome de Terceiros" corresponde a valores destinados ao pagamento de salários, vencimentos e obrigações correlatas, decorrentes de contratos firmados entre a Cooperativa e a instituição pagadora para intermediação da folha de pagamento.

- V. Os saldos em Credores Diversos – País referem-se as responsabilidades da instituição perante pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no País, inclusive resultantes do exercício de mandato, para cuja escrituração não exista conta específica.

17. Provisões

Em 31 de dezembro de 2025, os saldos de provisões estão assim compostos:

Descrição	31/12/2025		
	Circulante	Não Circulante	Total
Provisões e Outras Obrigações com Instrumentos Financeiros (17.1)	6.949	-	6.949
Provisão para Pagamento a Efetuar	5.218	-	5.218
Provisão para Contingências	-	1.822	1.822
TOTAL	12.167	1.822	13.989

17.1 Provisões e Outras Obrigações com Instrumentos Financeiros

Em provisões e outras obrigações com instrumentos financeiros estão registrados:

Descrição	31/12/2025		
	Circulante	Não Circulante	Total
Compromissos de Crédito	1.754	-	1.754
Perdas Esperadas – Cheque Especial	568		568
Perdas Esperadas – Cheque Especial – PJ	863	-	863
Perdas Esperadas – Crédito Rotativo	323	-	323
Receitas a Apropriar – Garantias Financeiras Prestadas	38	-	38
Prêmios Recebidos – Garantias Financeiras Prestadas	38	-	38
Garantias Financeiras Prestadas	5.157	-	5.157
Perdas Esperadas – Garantias Financeiras Prestadas	5.157	-	5.157
TOTAL	6.949	-	6.949

Refere-se à provisão para garantias financeiras prestadas, apurada sobre o total das coobrigações concedidas pela Cooperativa, conforme determina a Resolução CMN nº 4.512/2016. A provisão para garantias financeiras prestadas é apurada com base na avaliação de risco dos Associados beneficiários, de acordo com a Resolução CMN nº 4.966/2021. Em 31 de dezembro de 2025, a Cooperativa é responsável por coobrigações e riscos em garantias prestadas, referentes a aval prestado em diversas operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais. O total de garantias financeiras prestadas pela cooperativa em 31/12/2025 R\$ 280.636 mil.

a) Movimentação de transferência de Estágio Garantias Financeiras Prestadas

Movimentação Garantias Financeiras Prestadas	
Estágio 1	
Descrição	Garantias Financeiras Prestadas
Provisão Inicial	1.545
(-) Transf. para Estágio 1	-
(-) Transf. para Estágio 2	(49)

Movimentação Garantias Financeiras Prestadas	
(-) Transf. para Estágio 3	(45)
(+) Transf. do Estágio 1	-
(+) Transf. do Estágio 2	140
(+) Transf. do Estágio 3	99
(+) Constituição Novas Operações	509
(+) Constituição Aumento de Provisão	342
(-) Reversão Total	(247)
(-) Reversão Parcial	(742)
(-) Baixa para prejuízo (Provisão)	-
Provisão Final	1.552
Estágio 2	
Descrição	Garantias Financeiras Prestadas
Provisão Inicial	533
(-) Transf. para Estágio 1	(1.443)
(-) Transf. para Estágio 2	-
(-) Transf. para Estágio 3	(1.441)
(+) Transf. do Estágio 1	1.298
(+) Transf. do Estágio 2	-
(+) Transf. do Estágio 3	1.444
(+) Constituição Novas Operações	111
(+) Constituição Aumento de Provisão	223
(-) Reversão Total	(244)
(-) Reversão Parcial	(59)
(-) Baixa para prejuízo (Provisão)	-
Provisão Final	422
Estágio 3	
Descrição	Garantias Financeiras Prestadas
Provisão Inicial	1.878
(-) Transf. para Estágio 1	(1.443)
(-) Transf. para Estágio 2	(146)
(-) Transf. para Estágio 3	-
(+) Transf. do Estágio 1	1.298
(+) Transf. do Estágio 2	288
(+) Transf. do Estágio 3	-
(+) Constituição Novas Operações	507
(+) Constituição Aumento de Provisão	1.497
(-) Reversão Total	(435)
(-) Reversão Parcial	(261)
(-) Baixa para prejuízo (Provisão)	-
Provisão Final	3.183
Total Provisão	5.157

17.2 Provisão para Pagamentos a Efetuar

Registram-se as provisões para pagamentos de despesas com pessoal e outras despesas administrativas.

Descrição	31/12/2025		
	Circulante	Não Circulante	Total
Despesa de Pessoal	1.950	-	1.950
Aluguéis	57	-	57

Descrição	31/12/2025		
	Circulante	Não Circulante	Total
Custódia de Valores e Bens	33	-	33
Comunicações	23	-	23
Seguros a Recolher	8	-	8
Transporte	57	-	57
Compensação	91	-	91
Seguro Prestamista	410	-	410
Provisão de Cartões a Pagar	1.022	-	1.022
Custos de Transações Interfinanceiras	109	-	109
Ordem de Pagamento – Encerramento Conta Salário	224	-	224
Valores a pagar Domicílio Bancário SIPAG 2.0	917	-	917
Encargo por Concessão de Garantia	211	-	211
Outras Despesas Administrativas	97	-	97
Outras Provisões para Pagamentos a Efetuar	9	-	9
TOTAL	5.218	-	5.218

17.3 Provisão para Contingências

Em 31 de dezembro de 2025, o saldo de provisões estava assim composto:

Descrição	31/12/2025		
	Circulante	Não Circulante	Total
Provisão Para Contingências (a)	-	1.822	1.822
TOTAL	-	1.822	1.822

a) Provisão para Contingências – Demandas Judiciais

Para fazer face às eventuais perdas que possam advir de questões judiciais e administrativas, a Cooperativa, considerando a natureza, a complexidade dos assuntos envolvidos e a avaliação de seus assessores jurídicos, mantém como provisão para contingências tributárias, trabalhistas e cíveis, classificadas como de risco de perda provável, em montantes considerados suficientes para cobrir perdas em caso de desfecho desfavorável.

Na data das demonstrações financeiras, a Cooperativa apresentava os seguintes passivos e depósitos judiciais relacionados às Demandas Judiciais:

Descrição	31/12/2025	
	Provisão para Demandas Judiciais – Passivo	Depósitos Judiciais – Ativo
PIS (a)	201	201
PIS FOLHA (b)	364	364

Descrição	31/12/2025	
	Provisão para Demandas Judiciais – Passivo	Depósitos Judiciais – Ativo
COFINS (a)	1.065	1.065
Trabalhistas	120	81
Outras Contingências	72	-
TOTAL	1.822	1.711

a) PIS e COFINS – Quando do advento da Lei nº 9.718/1998, a cooperativa entrou com ação judicial questionando a legalidade da inclusão de seus ingressos decorrentes de atos cooperados na base de cálculo do PIS e COFINS.

b) PIS FOLHA – quando da IN RFB nº 2121/2022, a cooperativa ajuizou ação judicial questionando o recolhimento do tributo, tendo em vista que inexistia lei em sentido estrito que determine o recolhimento do referido tributo pelas cooperativas de crédito

Segundo a assessoria jurídica do SICOOB SUL-LITORÂNEO, existem processos judiciais nos quais a Cooperativa figura como polo passivo, os quais foram classificados com risco de perda possível, totalizando **R\$ 550 mil**. Essas ações abrangem, basicamente, processos trabalhistas ou cíveis.

O cenário de imprevisibilidade do tempo de duração dos processos, bem como a possibilidade de alterações na jurisprudência dos tribunais, torna incertos os prazos ou os valores esperados de saída.

18. Patrimônio Líquido

18.1 Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 (cada) e integralizado por seus Associados. De acordo com o Estatuto Social, cada cooperado tem direito a um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

Descrição	31/12/2025
Capital Social	140.396
Associados	80.741

18.2 Reservas de Sobras

Descrição	31/12/2025
Fundo de Reserva	140.399
TOTAL RESERVAS DE SOBRAS	140.399

18.3 Fundo de Reserva

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades conforme previsto no estatuto social.

Conforme aprovado pela AGE realizada em 17/12/2025, os impactos decorrentes da adoção inicial da Resolução CMN nº 4.966/21 informando na nota 4. Foram integralmente absorvidos pela Reserva Legal do Sicoob Sul-Litorâneo.

18.4 Reserva Estatutária

Saldo constituía com 1% sobre as sobras dos exercícios encerrados referentes ao Fundo de Investimento Social conforme estatuto.

Movimentação FIS	31/12/2025
Saldo Inicial do FIS	553
(-) Utilização FIS	(419)
Transferência para o FATES	(134)
Saldo Final FIS	-

18.5 Sobras Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 04/2025, os cooperados deliberaram pelo aumento do capital social com sobra do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, no valor de R\$ 17.250 mil.

18.6 – Destinações Estatutárias e Legais:

Descrição	31/12/2025
Sobra Bruta	50.976
Juros Sobre Capital Próprio	(18.020)
Sobra Líquida, base de cálculo das destinações	32.956
Destinações Estatutárias	(21.601)
Reserva Legal – 55%	(18.126)
Fundo de Reserva Art. 26 § 1º Estatuto (a)	(2.270)
Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – 7%	(2.307)
Utilização FIS	420
Utilização FATES (b)	682
Sobra à Disposição da Assembleia Geral	11.355

a) Conforme estatuto social da cooperativa, poderão ser canalizados ao Fundo de Reserva, antes da apuração das destinações obrigatórias, as doações sem destinação específica e, a critério do Conselho de Administração, os valores em prejuízo recuperados de exercícios anteriores e outros valores objeto de recuperação, inclusive em decorrência da legislação aplicável. Na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL) esse montante foi adicionado a destinação estatutária obrigatória para o Fundo de Reserva, e está apresentado na linha “Destinações das Sobras do Período – Fundo de Reserva”.

b) A reversão dos dispêndios de FATES passou a ocorrer apenas no encerramento anual, de acordo com a Interpretação Técnica Geral (ITG) 2004 – Entidade Cooperativa e a revogação do texto original da NBC T 10.8.2.8. No exercício de 2025, a reversão do FATES foi registrada após as destinações legais e estatutárias, aumentando as sobras à disposição da assembleia.

19. Resultado de Atos Não Cooperativos

São classificados como ato não cooperativo os rendimentos e/ou dispêndios decorrentes de operações realizadas com não associados, sobre os quais há incidência de tributos federais e municipais. Os valores são registrados em separado e o resultado líquido auferido dessas operações, se positivo, é integralmente destinado ao FATES, conforme determina o art. 87 da Lei nº 5.764/1971.

Em 31 de dezembro de 2025, o resultado de atos não cooperativos possui a seguinte composição:

Descrição	31/12/2025		
	Resultado do Período	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo
Receitas (Ingressos) Operacionais	468.861	449.089	19.772
Despesas (Dispêndios) Operacionais	(369.959)	(341.642)	(28.317)
Despesas (Dispêndios) Operacionais proporcionais a cada Ato	(66.045)	(63.258)	(2.787)
Resultado Operacional	32.857	44.189	(11.332)
Receita Não Operacional	152	-	152
Despesa Não Operacional	(53)	-	(53)
Resultado Não Operacional	99	-	99
Resultado Antes dos IRPJ/CSLL e Exclusões/Adições do Ato Cooperativo	32.956	44.189	(11.233)
IRPJ/CSLL	-	-	-
Exclusões/Adições do Ato Cooperativo	-	(11.233)	11.233
Resultado do Período	32.956	32.956	-

20. Provisão de Juros ao Capital

No exercício de 2025 a Cooperativa remunerou juros ao capital próprio no montante de R\$ 18.020 mil, remunerando o capital do associado. Os critérios para a provisão obedeceram à Lei Complementar 130, artigo 7º, de 17 de abril de 2009. A remuneração é limitada ao valor da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – Selic. A referida provisão foi demonstrada na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL, conforme Circular Bacen nº 2.739/97.

21. Receitas da Intermediação Financeira**21.1 Receitas de Operações de Crédito**

A receita da intermediação financeira com operações de crédito compreende as receitas de juros de empréstimos de capital de giro e de repasses.

Descrição	2º Semestre 2025	31/12/2025
Adiantamentos a Depositantes	451	928
Empréstimos	66.773	127.033

Descrição	2º Semestre 2025	31/12/2025
Títulos Descontados	2.614	5.178
Financiamentos	13.803	27.214
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	2.760	5.118
Recuperação de Ativos Financeiros Baixados como Prejuízo	3.756	5.650
Títulos com Características de Concessão de Crédito	2.230	4.426
Créditos por Venda a Prazo de Ativos Não Financeiros	18	35
Rendas de Créditos por Avais e Fianças Honrados	76	106
(-) Despesas de Descontos Concedidos em Renegociações	(5.100)	(5.100)
TOTAL	87.381	170.588

21.2 Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários

Os rendimentos auferidos com Títulos e Valores Mobiliários nos períodos findos em 31 de dezembro de 2025, registrados em contrapartida à receita de "Rendas de Títulos de Renda Fixa", foram, respectivamente:

Descrição	2º Semestre 2025	31/12/2025
Rendas de Títulos de Renda Fixa	8.596	13.026
Rendas de Aplicações em Fundos de Investimento	-	1.051
TOTAL	8.596	14.077

21.3 Resultado de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

Os rendimentos auferidos com Aplicações Interfinanceiras de Liquidez, nos períodos findos em 31 de dezembro de 2025, registrados em contrapartida à receita de "Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez", foram, respectivamente:

Descrição	2º Semestre 2025	31/12/2025
Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	1.542	2.280
TOTAL	1.542	2.280

22. Despesas de Operações de Empréstimos e Repasses

Em 31/12/2025 as Despesas de Repasses Interfinanceiros e Obrigações por Empréstimos e Repasses, estavam assim compostas:

Descrição	2º Semestre 2025	31/12/2025
Despesas de Repasses Interfinanceiros		
Despesas de Repasses Interfinanceiros – Banco Sicoob	(2.380)	(4.440)
Total Despesas de Repasses Interfinanceiros	(2.380)	(4.440)
Despesas de Empréstimos		
Despesas de Empréstimos– Sicoob Central ES	(471)	(871)
Total de Despesas de Empréstimos	(471)	(871)
TOTAL	(2.851)	(5.311)

23. Despesa com Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito

As provisões são reconhecidas conforme CPC 25 e Resoluções CMN 3.823/2009 e 2.682/1999, quando há obrigação presente e provável saída de recursos, com base nas melhores estimativas. Demandas judiciais são provisionadas quando a perda é provável, enquanto perdas possíveis são apenas divulgadas em nota explicativa. A provisão para créditos de liquidação duvidosa considera a classificação de risco das operações de crédito.

Descrição	2º Semestre 2025	31/12/2025
Reversões de Provisões para Operações de Crédito	39.288	69.817
Reversões de Provisões para Outras Operações com Características de Concessão de Crédito	2.746	5.433
Provisões para Operações de Crédito	(59.816)	(118.472)
Provisões para Outras Operações com Características de Concessão de Crédito	(8.712)	(15.273)
Provisões para Compromissos de Crédito e Créditos a Liberar	(1.754)	(1.754)
TOTAL	(28.248)	(60.249)

24. Rendas de Tarifas

Rendas de tarifas recebidas dos associados conforme tabela de tarifas e pacotes da Cooperativa.

Descrição	2º Semestre 2025	31/12/2025
Rendas de Pacotes de Serviços – PF	1.368	2.643
Rendas de Serviços Prioritários – PF	172	310
Rendas de Serviços Diferenciados – PF	215	228
Rendas de Tarifas Bancárias – PJ	1.682	3.131
Rendas de Outras Tarifas Bancárias – PJ	2.377	4.690
TOTAL	5.614	10.802

25. Receitas de Prestação de Serviços

Refere-se a receitas que a cooperativa recebe prestação de serviços de intermediação financeira, tais como, os recebimentos efetuados por conta de terceiros.

Descrição	2º Semestre 2025	31/12/2025
Rendas de Cobrança	1.300	2.461
Rendas de Garantias Prestadas	118	278
Rendas por Serviços de Pagamento – Outros Serviços Relacionados a Transações de Pagamento	2.162	3.874
Rendas de Convênios	112	228
Rendas de Comissão de Outros Serviços	2.095	4.525
Rendas de Outros Serviços	1.168	2.011
Rendas de Comissão de Seguros	2.282	4.791

Descrição	2º Semestre 2025	31/12/2025
Rendas de Comissão de Previdência	26	50
Rendas com Outras Comissões Comerciais e sobre Serviços	165	301
Rendas de Tarifa Anuidade Cartão de Crédito	635	1.217
Rendas de Outras Tarifas de Cartões	23	47
Rendas de Tarifas de Intercâmbio	5.863	11.160
Rendas Aluguel Equipamentos de Transações de Pagamentos	687	1.181
Rendas por Antecipação de Obrigações de Transações de Pagamento	1.292	2.187
TOTAL	17.928	34.311

26. Despesas de Pessoal

São constituídas pelos salários, honorários, benefícios e encargos provisionados e pagos aos empregados da Cooperativa.

Descrição	2º Semestre 2025	31/12/2025
Despesas de Honorários – Diretoria e Conselho de Administração	(1.153)	(2.179)
Despesas de Honorários – Conselho Fiscal	(84)	(166)
Despesas de Pessoal – Benefícios (a)	(3.405)	(6.280)
Despesas de Pessoal – Encargos Sociais	(2.838)	(5.412)
Despesas de Pessoal – Proventos	(7.358)	(13.948)
Despesa de Pessoal – Treinamento	(31)	(31)
Despesas de Remuneração de Estagiários	(204)	(379)
TOTAL	(15.073)	(28.395)

(a) Os valores de benefícios pagos se referem a vale alimentação, plano odontológico, seguro de vida, vale transporte e auxílio creche.

27. Outros Despesas Administrativas

São constituídas por despesas de manutenção de sua infraestrutura operacional tais como, água, luz, telecomunicações, publicações, processamento de dados, além de serviços financeiros, de suporte técnico, consultoria, dentre outros.

Descrição	2º Semestre 2025	31/12/2025
Despesas de Água, Energia e Gás	(212)	(519)
Despesas de Aluguéis	(1.604)	(3.087)
Despesas de Comunicações	(356)	(738)
Despesas de Manutenção e Conservação de Bens	(932)	(1.617)
Despesas de Material	(168)	(317)
Despesas de Processamento de Dados	(2.613)	(5.375)
Despesas de Promoções e Relações Públicas	(714)	(1.459)

Descrição	2º Semestre 2025	31/12/2025
Despesas de Propaganda e Publicidade	(674)	(973)
Despesas de Seguros	(27)	(55)
Despesas de Serviços do Sistema Financeiro	(3.658)	(7.100)
Despesas de Serviços de Terceiros	(523)	(991)
Despesas de Serviços de Vigilância e Segurança	(1.064)	(2.062)
Despesas de Serviços Técnicos Especializados	(1.546)	(2.778)
Despesas de Transporte	(519)	(1.069)
Despesas de Viagem no País	(208)	(314)
Despesas de Amortização	(16)	(32)
Despesas de Depreciação	(1.675)	(3.265)
Despesas de Emolumentos Judiciais e Cartorários	(509)	(713)
Despesas de Rateio Sicoob Central ES	-	(2.242)
Ações Judiciais	(773)	(858)
Despesas de Rateio Sicoob Confederação	(353)	(700)
Outras Despesas Administrativas	(449)	(798)
TOTAL	(18.593)	(37.062)

28. Despesas Tributárias

Referem-se a despesa com tributos e contribuições sobre o Ato Não Cooperativo:

Descrição	2º Semestre 2025	31/12/2025
Despesas Tributárias	(95)	(180)
Desp. Impostos s/ Serviços - ISS	(255)	(519)
Despesas de Contribuição ao PIS/PASEP	(71)	(134)
TOTAL	(421)	(833)

29. Outras Despesas Operacionais

São despesas de provisões para descontos concedidos em operações de crédito, cancelamento de tarifas pendentes, contribuição ao fundo de tecnologia da confederação e contribuição ao Fundo de Estabilidade Financeira e Fomento do Sicoob ES.

Descrição	2º Semestre 2025	31/12/2025
Despesas com Serviços Associados a Transações de Pagamento – Cartões	(9.828)	(18.065)
Despesas de Descontos Concedidos	(425)	(720)
Despesas com Tarifas de Recebimento de Convênio – INSS	(147)	(264)
Contribuição Fundo de Desenvolvimento Sicoob	-	(5.239)

Descrição	2º Semestre 2025	31/12/2025
Contribuição Fundo de Ressarcimento de Fraudes Externas	(30)	(63)
FATES	(365)	(683)
Contribuição a Outros Fundos	(328)	(328)
Outras Despesas Operacionais	(450)	(868)
TOTAL	(11.573)	(26.230)

30. Outras Receitas Operacionais

Descrição	2º Semestre 2025	31/12/2025
Recuperação de Encargos e Despesas	467	1.798
Rendas de Repasses Delcredere	948	1.483
Rendas Juros Cartão de Crédito	3.751	7.763
Rendas de Multas por Atraso – Cartão de Crédito	491	1.022
Crédito Receita SIPAG – Faturamento	2	4
Crédito Receita SIPAG – Antecipação	1	3
Dividendos Recebidos do Banco Sicoob	367	2.287
Distribuição de Sobras do Sicoob Central ES	-	3.174
Deduções e Abatimentos	4	20
Atualização Selic – Recup. Créditos Trib. Rec.	22	22
Juros ao Capital do Sicoob Central ES	1.564	1.564
Juros ao Capital Recebido do Banco Sicoob	1.545	1.545
Receitas Recursos Centralizados da Poupança	5	5
TOTAL	9.167	20.690

Refletem principalmente recuperação de encargos e despesas, receitas com cartão de crédito e Delcredere.

31. Despesas com Provisões

31.1 Provisões/Reversões para Contingências

Descrição	2º Semestre 2025	31/12/2025
Provisão para Passivos Trabalhistas	(15)	(168)
Reversão de Provisão para Contingências	753	1.059
TOTAL	738	891

Conforme prescreve o CPC 25 (Provisões, passivos contingentes e Ativos Contingentes) a Cooperativa deve reconhecer em seu resultado as provisões de contingências dos seus processos judiciais, no qual, seus consultores jurídicos estabelecem como probabilidade de provável.

31.2 Provisões/Reversões para Garantias Prestadas

Descrição	2º Semestre 2025	31/12/2025
Provisões para Garantias Prestadas	(2.460)	(6.229)
Reversões de Provisões para Garantias Prestadas	3.167	5.028
TOTAL	707	(1.201)

Refere-se à contabilização, da provisão para garantias financeiras prestadas, apurada sobre o total das coobrigações concedidas pela singular, conforme Resolução CMN nº 4.512/2016. É concedido um aval a diversas operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais. A provisão para garantias financeiras prestadas é apurada com base na avaliação de risco dos cooperados beneficiários, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

32. Outras Receitas e Despesas

Consiste em receitas (despesas) provenientes da alienação de bens e direitos não diretamente relacionada ao desenvolvimento de sua atividade Cooperativista de Crédito.

Descrição	2º Semestre 2025	31/12/2025
Desvalorização de Ativo Não Financ. Mant. Venda – Recebido	–	19
Ganho de Capital	75	132
(–) Prejuízo na Alienação de Ativo Não Financ. Mant. Venda – Recebido	0	(15)
(–) Perda de Capital	(13)	(37)
TOTAL	62	99

33. Resultado Não Recorrente

Com base na aplicação da premissa contábil adotada, conforme a definição da Resolução BCB nº 2/2020, alterada pela Resolução BCB nº 367/2024, e nos critérios internos complementares a este normativo, não houve registros referentes a resultados não recorrentes no período de 31/12/2025.

34. Partes Relacionadas

São consideradas partes relacionadas as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da Cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas, bem como entidades que participam do mesmo grupo econômico ou que são coligadas, controladas ou controladas em conjunto pela entidade que está elaborando seus demonstrativos financeiros, conforme CPC 05 (R1) – Divulgação sobre Partes Relacionadas (Comitê de Pronunciamentos Contábeis, em 07/10/2010).

Dessa forma, para fins de elaboração e divulgação das demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas, não são consideradas partes relacionadas os membros do Conselho Fiscal.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições, estabelecidas em regulamentação específica.

34.1 Transações com Partes Relacionadas e Remuneração de Pessoal Chave da Administração

As operações com tais partes relacionadas e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com a observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Conforme a Política de Crédito do Sistema Sicoob, as operações realizadas com membros de órgãos estatutários e pessoas ligadas a eles são deliberadas em última alçada de aprovação, no âmbito do Conselho da Administração ou, quando delegado formalmente, pela Diretoria Executiva, bem como são alvo de acompanhamento especial pela administração da Cooperativa. As taxas aplicadas seguem o normativo vigente à época da concessão da operação.

O pessoal-chave de administração inclui os conselheiros e diretores, anualmente são deliberados os montantes de remuneração, benefícios e plano de previdência complementar na Assembleia Geral Ordinária, em cumprimento à Lei 5.764/1971 artigo 44 e artigo 5 da Lei Complementar nº 130/2009.

Natureza da Operação	31/12/2025
Operações Ativas	
Operação de crédito	1.275
PCLD – Provisão de crédito	4
Taxa média (a.m.)	
Direitos Creditórios Descontados	2,13%
Empréstimos	0,8%
Financiamentos	1,32%
Prazo médio (meses)	
Direitos Creditórios Descontados	3,84
Empréstimos	31,92
Financiamentos	44,82
Operações Passivas	
Depósitos	8.525
Letra de Crédito Agronegócio – LCA	2.290
Taxa Média Depósitos (% CDI a.m.)	
Aplicação Financeira – Pré Fixada	1,07%
Aplicação Financeira – Pós Fixada (%CDI)	99,39
Taxa Média – LCA (a.m.)	1,15%
Prazo Médio Depósitos (meses)	
Aplicação Financeira – Pré Fixada	24,25
Aplicação Financeira – Pós Fixada (%CDI)	146,68
Prazo Médio – LCA (meses)	24,02
Garantias prestadas	18.381
Capital social	1.250
Remuneração	(2.712)
Honorários – Diretoria e Conselho de Administração	(2.076)
Encargos sociais	(491)
Benefícios	(145)

34.2 Cooperativa Central

O SICOOB SUL- LITORÂNEO, em conjunto com outras Cooperativas Singulares, é filiado à SICOOB CENTRAL ES, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O SICOOB CENTRAL ES, é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (Cooperativas Singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, por meio dos instrumentos previstos na legislação pertinente e em normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para a consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabem ao SICOOB CENTRAL ES a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e o fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

O SICOOB SUL- LITORÂNEO responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo SICOOB CENTRAL ES perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subscrever, proporcionalmente, à sua participação nessas operações.

Saldos das transações da Cooperativa com o SICOOB CENTRAL ES:

Descrição	31/12/2025
Operações Ativas	
Ativo – Relações Interfinanceiras – Centralização Financeira	1.085.635
Ativo – Participações de Cooperativas	35.107
Ativo – Rendimentos Centralização Financeiras a Receber	12.192
Total de Operações Ativas	1.132.934
Operações Passivas	
Passivo – Obrigações por Empréstimos e Repasses	7.200
Total de Operações Passivas	7.200
Receitas	
Ingressos de Depósitos Intercooperativos	121.891
Outras Receitas Operacionais	4.738
Total de Receitas	126.629
Despesas	
Rateio de Despesas da Central	(2.242)
Empréstimos e repasses	(871)
Total de Despesas	3.113

35. Índice de Basileia

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº 5.194/2024, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado a seguir o cálculo dos limites:

Descrição	31/12/2025
Patrimônio de Referência	259.978

Descrição	31/12/2025
Margem de Compatibilização	110.190
Índice da Basileia	20,82%
Margem de Imobilização	110.289

36. Benefícios a Empregados

A Cooperativa é patrocinadora de um plano de previdência complementar para seus empregados e administradores. O plano é administrado pela Fundação Sicoob de Previdência Privada – Sicoob Previ.

As contribuições dos funcionários e administradores da cooperativa são de forma facultativa, variando de 1% a 8% do salário, além disso, a cooperativa contribui adicionando 50% do valor descontado de previdência privada na forma de benefício para o colaborador.

As despesas com contribuições efetuadas pela Cooperativa totalizaram:

Descrição	2º Semestre 2025	31/12/2025
Contribuição Previdência Privada	(81)	(139)
TOTAL	(81)	(139)

37. Gerenciamento de Risco

A estrutura de gerenciamento de riscos do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Centro Cooperativo Sicoob (CCS), com base nas políticas, estratégias, nos processos e limites, buscando identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos inerentes às suas atividades.

A Política Institucional de Gestão Integrada de Riscos, bem como as diretrizes de gerenciamento de riscos, é aprovada pelo Conselho de Administração do CCS.

O gerenciamento integrado de riscos abrange, no mínimo, riscos de crédito, social, ambiental e climático, mercado, variação das taxas de juros, liquidez, operacional, cibernético e gestão de continuidade de negócios e assegura, de forma contínua e integrada, que os riscos sejam administrados de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS).

O processo de gerenciamento de riscos é segregado e a estrutura organizacional envolvida garante especialização, representação e racionalidade, existindo a adequada disseminação de informações e do fortalecimento da cultura de gerenciamento de riscos no Sicoob.

São adotados procedimentos para o reporte tempestivo aos órgãos de governança, de informações em situação de normalidade e de exceção em relação às políticas de riscos, e programas de testes de estresse para avaliação de situações críticas, que consideram a adoção de medidas de contingência.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos é compatível com a natureza das operações e a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob, e não desonera as responsabilidades das Cooperativas.

O processo de gerenciamento de riscos é segregado e a estrutura organizacional envolvida garante especialização, representação e racionalidade, existindo a adequada disseminação de informações e do fortalecimento da cultura de gerenciamento de riscos no Sicoob.

São adotados procedimentos para o reporte tempestivo aos órgãos de governança, de informações em situação de normalidade e de exceção em relação às políticas de riscos, e programas de testes de estresse para avaliação de situações críticas, que consideram a adoção de medidas de contingência.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob, e não desonera as responsabilidades das Cooperativas.

37.1 Risco Operacional

As diretrizes para o gerenciamento do risco operacional encontram-se registradas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco Operacional, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O processo de gerenciamento de risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, documentação e armazenamento de informações de perdas operacionais e de recuperação de perdas operacionais, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

As perdas operacionais são comunicadas à área Risco Operacional e GCN – Gestão de Continuidade de Negócio, que interage com os gestores das áreas e identifica formalmente as causas, a adequação dos controles implementados e a necessidade de aprimoramento dos processos, inclusive com a inserção de novos controles.

Os resultados são apresentados à Diretoria e ao Conselho de Administração do CCS.

37.2 Risco de Crédito

As diretrizes para o gerenciamento do risco de crédito encontram-se registradas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Crédito, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O CCS é responsável pelo gerenciamento do risco de crédito do Sicoob, atuando na padronização de processos, metodologias de análise de risco de contrapartes e operações, e no monitoramento dos ativos que envolvem o risco de crédito.

Para mitigar o risco de crédito, o CCS dispõe de modelos de análise e de classificação de riscos com base em dados quantitativos e qualitativos, a fim de subsidiar o processo de cálculo do risco e de limites de crédito da contraparte, visando manter a boa qualidade da carteira. O CCS realiza testes periódicos de seus modelos, garantindo a aderência à condição econômico-financeira da contraparte. Realiza, ainda, o monitoramento da inadimplência da carteira e o acompanhamento das classificações das operações de acordo com a Resolução CMN nº 4.966/2021.

A estrutura de gerenciamento de risco de crédito prevê:

- a) fixação de políticas e estratégias, incluindo limites de riscos;
- b) validação dos sistemas, modelos e procedimentos internos;
- c) estimação (critérios consistentes e prudentes) de perdas associadas ao risco de crédito, bem como a comparação dos valores estimados com as perdas efetivamente observadas;
- d) acompanhamento específico das operações com partes relacionadas;
- e) procedimentos para o monitoramento das carteiras de crédito;

- f) identificação e tratamento de ativos problemáticos;
- g) sistemas, rotinas e procedimentos para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar a exposição ao risco de crédito;
- h) monitoramento e reporte dos limites de apetite por riscos;
- i) informações gerenciais periódicas para os órgãos de governança;
- j) área responsável pelo cálculo do nível de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito;
- k) modelos para a avaliação do risco de crédito de contraparte, de acordo com a operação e com o público envolvido, que levam em conta características específicas dos entes, bem como questões setoriais e macroeconômicas;
- l) aplicação de testes de estresse, identificando e avaliando potenciais vulnerabilidades da Instituição;
- m) limites de crédito para cada contraparte e limites globais por carteira ou por linha de crédito;
- n) avaliação específica de risco em novos produtos e serviços.

As normas internas de gerenciamento do risco de crédito incluem a estrutura organizacional e normativa, os modelos de classificação de risco de tomadores e de operações, os limites globais e individuais, a utilização de sistemas computacionais e o acompanhamento sistematizado contemplando a validação de modelos e conformidade dos processos.

37.3 Risco de Mercado e Variação das Taxas de Juros

As diretrizes para o gerenciamento dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros estão descritas. As diretrizes para o gerenciamento dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros estão descritas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Mercado e do Risco de Variação das Taxas de Juros e no Manual de Gerenciamento do Risco de Mercado e do IRRBB, aprovados pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para as Cooperativas do segmento S3, S4 e S5.

A estrutura de gerenciamento dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros é proporcional à dimensão e à relevância da exposição aos riscos, adequada ao perfil dos riscos e à importância sistêmica da cooperativa, e capacitada para avaliar os riscos decorrentes das condições macroeconômicas e dos mercados em que a cooperativa atua.

O Sicoob dispõe de área especializada para o gerenciamento do risco de mercado e de variação das taxas de juros (IRRBB), com o objetivo de assegurar que o risco das Cooperativas seja administrado de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS) e com as diretrizes previstas nas políticas e nos manuais institucionais.

O sistema de mensuração, monitoramento e controle dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros adotado pelo Sicoob baseia-se na aplicação de ferramentas amplamente difundidas, fundamentadas nas melhores práticas de gerenciamento de risco, abrangendo a totalidade das posições das Cooperativas.

O risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas, resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela instituição, e inclui:

- a) O risco de variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação;
- b) O risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities) para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária.

O IRRBB é definido com o risco, atual ou prospectivo, do impacto de movimentos adversos das taxas de juros no capital e nos resultados da instituição, para os instrumentos classificados na carteira bancária.

Para a mensuração do risco de mercado das operações contidas na carteira de negociação, são utilizadas metodologias padronizadas do Banco Central do Brasil (BCB), que estabelece critérios e condições para a apuração das parcelas dos ativos ponderados pelo risco (RWA) para a cobertura do risco decorrente da exposição às taxas de juros, à variação cambial, aos preços de ações e aos preços de mercadorias (commodities).

Para a mensuração do risco das operações da carteira bancária sujeitas à variação das taxas de juros, são utilizadas duas metodologias que avaliam o impacto no:

a) valor econômico (ΔEVE): diferença entre o valor presente do reapreçamento dos fluxos em um cenário-base e o valor presente do reapreçamento em um cenário de choque nas taxas de juros;

b) resultado de intermediação financeira (ΔNII): diferença entre o resultado de intermediação financeira em um cenário-base e o resultado de intermediação financeira em um cenário de choque nas taxas de juros.

O acompanhamento do risco de mercado e do IRRBB das Cooperativas é realizado por meio da análise e avaliação do conjunto de relatórios, remetidos aos órgãos de governança, comitês e alta administração, que evidenciam, no mínimo:

a) o valor do risco e o consumo de limite da carteira de negociação, nas abordagens padronizadas pelo BCB;

b) os limites máximos do risco de mercado (RW_{Ampad});

c) o valor de marcação a mercado dos ativos e passivos da carteira de negociação, segregados por fatores de risco;

d) o valor do risco e consumo de limite da carteira bancária, nas abordagens de valor econômico e do resultado de intermediação financeira, de acordo com as exigências normativas aplicáveis a cada segmento S3 e S4;

e) os descasamentos entre os fluxos de ativos e passivos, segregados por prazos e fatores de riscos;

f) os limites máximos do risco de variação das taxas de juros (IRRBB);

g) a sensibilidade para avaliar o impacto no valor de mercado dos fluxos de caixa da carteira, quando submetidos ao aumento paralelo de 1 (um) ponto-base na curva de juros;

h) o valor presente das posições, descontadas pela expectativa de taxa de juros futuros da carteira de ativos e passivos;

i) o resultado das perdas e dos ganhos embutidos (EGL);

j) resultado dos testes de estresse.

37.4 Risco de Liquidez

As diretrizes para o gerenciamento do risco de liquidez estão definidas na Política Institucional de Gerenciamento da Centralização Financeira, na Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Liquidez e no Manual de Gerenciamento do Risco de Liquidez, aprovados pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

A estrutura de gerenciamento do risco de liquidez é compatível com a natureza das operações, com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, e proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

O Sicoob dispõe de área especializada para o gerenciamento do risco liquidez, com o objetivo de assegurar que o risco das Cooperativas seja administrado de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS) e com as diretrizes previstas nas políticas e nos manuais institucionais.

O gerenciamento do risco de liquidez das Cooperativas do Sicoob atende aos aspectos e padrões previstos nos normativos emitidos pelos órgãos reguladores, aprimorados e alinhados permanentemente com as boas práticas de gestão.

O risco de liquidez é definido como a possibilidade de a entidade não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas, e/ou a possibilidade da entidade não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu valor elevado em relação ao volume normalmente transacionado, ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

Os instrumentos de gerenciamento do risco de liquidez utilizados são:

a) acompanhamento do risco de liquidez das Cooperativas, realizado por meio da análise e avaliação do conjunto de relatórios, remetidos a órgãos de governança, comitês e alta administração, que evidenciem, no mínimo:

a.1) limite mínimo de liquidez;

a.2) fluxo de caixa projetado;

a.3) aplicação de cenários de estresse;

a.4) definição de planos de contingência.

b) relatórios que permitam a identificação e correção tempestiva das deficiências de controle e de gerenciamento do risco de liquidez;

c) plano de contingência contendo as estratégias a serem adotadas para assegurar condições de continuidade das atividades e para limitar perdas decorrentes do risco de liquidez.

Os resultados dos testes de estresse aplicando os cenários de estresse, tem por objetivo identificar eventuais deficiências e situações atípicas que possam comprometer a liquidez das cooperativas do Sicoob.

37.5 Riscos Social, Ambiental e Climático

O gerenciamento dos riscos social, ambiental e climático é realizado com o objetivo de conhecer e mitigar riscos significativos que possam impactar as partes interessadas, além de produtos e serviços do Sicoob.

A partir dos princípios e diretrizes estabelecidos na Política Institucional de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática do Sicoob, é possível nortear as análises de relevância das exposições aos riscos social, ambiental e climático, considerando os seguintes conceitos:

Risco Social: o processo de gerenciamento do risco social visa garantir o respeito à diversidade e à proteção de direitos fundamentais nas relações de negócios e para todas as pessoas, observando impactos negativos e perdas que possam afetar a imagem do Sicoob.

Risco Ambiental: o processo de gerenciamento do risco ambiental consiste na realização de avaliações sistêmicas por meio da obtenção de informações ambientais, disponibilizadas por órgão competentes, observando potenciais impactos negativos e perdas em decorrência de danos causados ao meio ambiente por agentes físicos, químicos e/ou biológicos que possam afetar a reputação e os negócios do Sicoob.

Risco Climático: o processo de gerenciamento do risco climático consiste na realização de avaliações sistêmicas considerando a probabilidade da ocorrência de eventos que possam ocasionar danos de origem climática, na observância dos riscos físico e de transição.

Os riscos social, ambiental e climático são observados nas linhas de negócios do Sicoob, de acordo com os critérios de elegibilidade, avaliação e monitoramento e divulgados nos manuais internos, observando a combinação de setores de maior risco, valores de exposição e existência de embargos ambientais, possibilitando a análise de associados com predisposição aos riscos desta natureza, em conformidade com as normas e regulamentações vigentes.

As propostas de contrapartes autuadas por crime ambiental são analisadas por alçada específica.

O Sicoob não realiza operações com contrapartes que constem no cadastro de empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas às de escravo ou infantil.

De modo a observar a propensão ao risco das atividades econômicas das contrapartes, foi elaborada a Lista de Setores Sensíveis e a Lista de Exclusão, considerando os impactos causados ao meio ambiente e na sociedade como um todo, acidentes de trabalho, exposições em mídia, fontes de receita, sensibilidade da legislação aplicável no exercício das atividades, práticas de mercado, apetite a risco institucional e risco de imagem.

O limite de concentração da exposição em setores sensíveis é de 15% (quinze por cento), considerando o saldo devedor dos setores, de forma consolidada, sobre a carteira total da cooperativa.

37.6 Gerenciamento de Capital

A estrutura de gerenciamento de capital do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Centro Cooperativo Sicoob (CCS), com base nas políticas, estratégias, nos processos e limites, buscando identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos inerentes às suas atividades.

As diretrizes para o monitoramento e controle contínuo do capital estão contidas na Política Institucional de Gerenciamento de Capital do Sicoob.

O processo do gerenciamento de capital é composto por um conjunto de metodologias que permitem identificar, avaliar e controlar as exposições relevantes, de forma a manter o capital compatível com os riscos incorridos. São adotados procedimentos para o reporte tempestivo aos órgãos de governança, de informações em situação de normalidade e de exceção em relação às políticas.

37.7 Gestão de Continuidade de Negócios

As diretrizes para a gestão de continuidade de negócios encontram-se registradas na Política Institucional de Gestão de Continuidade de Negócios, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O processo de gestão de continuidade de negócios se desenvolve com base nas seguintes atividades:

- a) identificação da possibilidade de paralisação das atividades;
- b) avaliação dos impactos potenciais (resultados e consequências) que possam atingir a entidade, provenientes da paralisação das atividades;
- c) definição de estratégia de recuperação para a possibilidade da ocorrência de incidentes;
- d) continuidade planejada das operações (ativos de TI, inclusive pessoas, instalações, sistemas e processos), considerando procedimentos para antes, durante e depois da interrupção;

e) transição entre a contingência e o retorno à normalidade (saída do incidente).

O CCS realiza a Análise de Impacto (AIN) para identificar os processos críticos sistêmicos, com o objetivo de definir estratégias para a continuidade desses processos e, assim, resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade. O resultado da AIN tem base nos impactos financeiro, legal e imagem.

São elaborados, revisados e testados, os Planos de Continuidade de Negócios contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os Planos de Continuidade de Negócios são classificados em Plano de Continuidade Operacional (PCO), Plano de Recuperação de Desastre (PRD) e Plano de Emergência (PEM).

Anualmente, são realizados testes nos Planos de Continuidade de Negócios para validar a sua efetividade.

37.8 Risco Cibernético

O gerenciamento de Risco Cibernético compõe a Gestão Integrada de Riscos e abrange os riscos relacionados a segurança de sistemas, redes, infraestruturas, dados e usuários, assegurando uma abordagem abrangente para proteger as entidades do Sicoob contra ameaças no ambiente cibernético.

As diretrizes para o gerenciamento do risco cibernético estão definidas na Política Institucional de Risco Cibernético e no Manual de Risco Cibernético, aprovados pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e procedimentos padronizados para as entidades do Sicoob.

A área de Risco Cibernético realiza monitoramentos essenciais, acompanha vulnerabilidades e incidentes cibernéticos, além de participar de fóruns específicos sobre o tema, contribuindo para o desenvolvimento de suas funções e para a proteção dos ativos digitais do Sicoob. Adicionalmente, são realizadas pesquisas periódicas da maturidade cibernética de todo o sistema Sicoob, o que possibilita a avaliação e a priorização de ações, medidas e controles para mitigação de riscos cibernéticos e de segurança da informação.

O ciclo de identificação, avaliação, tratamento e monitoramento do risco cibernético é realizado, no mínimo, bianualmente. Em casos excepcionais, a Diretoria Executiva do CCS poderá prorrogar ou antecipar o prazo do ciclo.

38. Seguros Contratados – Não Auditado

A Cooperativa adota a política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e pelos agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações financeiras e, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

Alfredo Chaves – ES, 27 de janeiro de 2026.

Fabricio Soares Damasceno
Diretor Executivo

Luzia Ignez Gallina
Diretora Operacional

Wanderson Vieira da Silveira Sossai
Contador CRC nº 016925/O-0-ES

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Ao Conselho de Administração, à Administração e aos Cooperados da
Cooperativa de Crédito Sul-Litorânea do Espírito Santo – SICOOB SUL LITORANEO, CNPJ: 32474884

ALFREDO CHAVES – ES

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cooperativa de Crédito Sul-Litorânea do Espírito Santo – SICOOB SUL LITORANEO, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do SICOOB SUL LITORANEO em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase – Informações comparativas

Chamamos a atenção para a Nota explicativa nº 2.1 b. às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 que descreve que as referidas demonstrações foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que considera a dispensa da apresentação, nas demonstrações contábeis referentes aos períodos do ano de 2025, dos valores comparativos relativos aos períodos anteriores, conforme previsto na Resolução nº 4.966/2021 do Conselho Monetário Nacional (CMN) e na Resolução nº 352/2023 do Banco Central do Brasil (BCB). Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

Identificamos e avaliamos o risco de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, e conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Obtemos o entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da cooperativa.

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possam levantar dúvida significativa em relação a capacidade de continuidade operacional da cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte/MG, 12 de fevereiro de 2026.



Elisangela de Cássia Lara

Contador CRC 086.574/O

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O conselho fiscal da **Cooperativa de Crédito Sul Litorânea do Espírito Santo — Sicoob Sul Litorâneo**, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, examinou o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025. Com base nos exames efetuados, considerando, ainda, o parecer da auditoria externa CNAC — Confederação Nacional de Auditoria Cooperativa, datado de 12 de fevereiro de 2026, bem como as informações e esclarecimentos recebidos no decorrer do exercício, opina que os referidos documentos estão em condições de serem apreciados pela Assembleia Geral Ordinária.

Alfredo Chaves/ES, 20 de fevereiro de 2026.

Sérgio Soares de Mattos
Coordenador do Conselho Fiscal

Renato Rosetti Conde
Secretário do Conselho Fiscal

Nestor Martins Guerra
Conselheiro Fiscal – Efetivo



Mais que uma *escolha financeira*.

comunidadesicoob.com.br

    [sicoobes](#)

